
GEOGRAFIA DO TRABALHO POR INTEIRO ***GEOGRAFÍA DEL TRABAJO POR ENTERO *****GEOGRAPHY OF WORK BY INTEGER *****Antonio Thomaz Junior¹***thomazjr@gmail.com*

RESUMO: A vigência do processo de reestruturação produtiva do capital impõe as mudanças nefastas que estão ocorrendo, no âmbito do trabalho, afinadas aos reordenamentos daí decorrentes, os quais, desde o final dos anos 1980, orientam novas linhas de expressão do conflito social, isto é, não se restringindo apenas ao formato clássico capital x trabalho, mas envolvendo outras formas de configuração da dominação de classe, de sorte a implicar novos olhares sobre as delimitações clássicas – profundamente revisadas, para pior, com a reforma trabalhista, já em vigor, após dezembro de 2017, no Brasil - do que é trabalhar no campo (assalariado, camponês) e do que é trabalhar na cidade (assalariados, por conta própria, intermitentes, informais), sob distintas relações sociais de produção e de trabalho. Nestes primeiros anos da segunda década do século XXI, nossas pesquisas retomam estudos anteriores, no âmbito da RCP, amparados no fato de que a barbárie que selou o processo interminável de reconciliação com a irreformabilidade do capital, com fins de eliminar a miséria e a pobreza que recai sobre a maioria da humanidade, no século XX e XXI, só fez retroalimentar os diferentes estágios de dominação de classe. Em Geografia do trabalho por inteiro, nossas atenções estão prioritariamente voltadas para abordar criticamente a continuidade da extração de trabalho excedente e os procedimentos que vinculam esse elemento estrutural a tantas outras formas de dominação, subordinação e controle do trabalho, para além dos preceitos salariais.

Palavras-chave: Geografia do trabalho. Reestruturação produtiva. Plasticidade do trabalho. RCP. Formação continuada. Emancipação.

RESUMEN: La vigencia del proceso de reestructuración productiva del capital, impone las mudanzas que están ocurriendo, en el ámbito del trabajo, afinadas a los reordenamientos resultantes, los cuales, desde finales de los años 1980, orientan nuevas líneas de expresión del conflicto social, es decir, no se restringen apenas al formato clásico capital x trabajo. Por lo tanto, envuelven otras formas de configuración de la dominación de clase, lo que implica nuevas perspectivas sobre las delimitaciones clásicas –profundamente revisadas, para empeorar, teniendo como referencia la reforma laboral en vigor desde diciembre de 2017 en Brasil-, de lo que significa trabajar en el campo (asalariado o campesino) y de los que significa trabajar en la ciudad (asalariados, cuenta propia, autónomos, intermitentes e informales), bajo distintas relaciones sociales de producción y de trabajo. Es un hecho que en estos primeros años de la segunda década

¹ Professor Titular de Geografia do Trabalho da UNESP/FCT - Presidente Prudente, São Paulo; Coordenador de Projeto Temático/FAPESP; Pesquisador PQ-1/CNPq; Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS).

del siglo XXI, nuestras investigaciones retoman estudios anteriores, en el ámbito de la Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP), amparados en el hecho de que la barbarie que selló el proceso interminable de reconciliación con la irreformabilidad del capital, con fines de eliminar la miseria y la pobreza que recae sobre la mayoría de la humanidad, en el siglo XX y XXI, sólo hizo retroalimentar los diferentes estadios de dominación de clase. En Geografía el trabajo por entero, nuestro objetivo prioriza abordar críticamente la continuidad de la extracción del trabajo excedente y los procedimientos que vinculan ese elemento estructural a tantas otras formas de dominación, subordinación y control del trabajo más allá de los preceptos salariales.

Palabras clave: Geografía del trabajo; Reestructuración productiva; Plasticidad del trabajo; RCP; Formación continua; Emancipación.

ABSTRACT: The validity of the process of capital productive restructuring imposes harmful changes that are occurring in the context of work, tuned to the resulting reordering, which, since the late 1980, guided new lines of social conflict, not restricting only the classic format capital x work, but involving other forms of class domination, in order to imply new perspectives on the classical boundaries – deeply revised for the worse, with the labor reform, already in place, after December 2017, in Brazil – what is working in the countryside (employed, peasant) and work in the city (employees, self-employed, intermittent, informal), under different social relations of production and job. In these early years of the second decade of the 21st century, our research retake previous studies within the CPR, supported on the fact that the barbarism that sealed the endless process of reconciliation with the irreformability of capital, with the purpose of eliminating misery and poverty that befalls in most of humanity in the 20th and 21st centuries, only provided feedback to the different stages of class domination. In all geography of work, our attentions are primarily geared to address critically the continued extraction of surplus labor and the procedures linked to this structural element to so many other forms of domination, subordination and control of the work, in addition to the wage regulations.

Keywords: Geography of work. Productive restructuring. Plasticity of the work. CPR. Continuing education. Emancipation.

INTRODUÇÃO

Quero enfatizar que, nestes primeiros anos da segunda década do século XXI, nossas pesquisas contribuíram para que retomássemos estudos anteriores, no âmbito da Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP), amparados no fato de que a barbárie que selou o processo interminável de reconciliação com a irreformabilidade do capital, com fins de eliminar a miséria e a pobreza que recai sobre a maioria da humanidade, no século XX e XXI, só fez retroalimentar os diferentes estágios de dominação de classe, a qual nada teve de accidental.

É o caso de retomar a superpopulação relativa, de que trata Marx, para edificar sua crítica à sociedade que se fundamenta na extração de trabalho excedente, explicitando o papel estratégico para o capital da população sobrance, já que, em primeiro lugar, não

estamos diante de algo extemporâneo ou sequer conjuntural, senão diante das estratégias muito bem calculadas pelos estrategistas e CEO's (Chefe Executivo de Ofício)² que têm que manter a equação social funcionando – na precariedade que é a marca dos excedentários, em meio ao tensionamento peculiar do bate-assopra, ou seja, destruir forças produtivas e delas necessitar, para reproduzir-se. Em outras palavras, não há solução para essa sociedade nos marcos da exploração do trabalho e da vigência da teoria do valor, a qual, ao mercadificar, reifica e reinventa formas de exploração, subordinação e de controle dos trabalhadores e da sociedade, a todo o tempo.

Nossos artigos revelam parcela desses pensamentos, porém, mais do que isso, através deles, tem sido possível chamar-me para questões teóricas emergentes, da mesma forma que os artigos em coautoria demonstram que, no nosso coletivo, temos questionamentos comuns.

Diante das preocupações, do marco teórico assumido e da vigência do processo de reestruturação produtiva do capital, aqui nos propomos abordar as mudanças que estão ocorrendo, no âmbito do trabalho, afinadas aos reordenamentos daí decorrentes, os quais, desde o final dos anos 1980, orientam novas linhas de expressão do conflito social, isto é, não se restringindo apenas ao formato clássico capital x trabalho, mas envolvendo outras formas de configuração da dominação de classe, de sorte a implicar novos olhares sobre as delimitações clássicas do que é trabalhar no campo (assalariado, camponês) e do que é trabalhar na cidade (assalariados, por conta própria, informais), sob distintas relações sociais de produção e de trabalho. Inclusive, a "intocabilidade" dos povos originários, no Brasil, os indígenas, também requer atenção especial, devido às intensas e violentas formas de contato com os brancos³, *numa pátria nem tão gentil*. É por isso que a luta e a resistência à proletarianização, ao pagamento/transferência de renda da terra, as quais se materializam territorialmente na permanência e na luta pelo acesso à terra, é o que nos mantém atentos à compreensão da dinâmica geográfica dos movimentos sociais envolvidos diretamente nesse particular, principal via para a releitura do movimento territorial de classe, da classe trabalhadora.

² No idioma inglês, *Chief Executive Officer*.

³ Gostaria de citar a Tese de Doutorado de Pimentel (2012), os textos de Brandão (1998, 2009) e a Portaria nº 14, da FUNAI (BRASIL, 1996), pois nos põem a pensar as populações tradicionais diante das dinâmicas com que o processo social vai ampliando seus horizontes geográficos para regiões e locais desconhecidos etc.

Como já havia entendido, no momento da Livre-Docência, disso resulta a condição de instabilidade estrutural e de insegurança em relação à posse da terra, o que leva o campesinato, no Brasil, à busca de novos territórios, que resulta na expansão espacial do conflito de classes, todavia, condição para sua reprodução social. Afinal, extrapola os marcos deste texto discutir amplamente esse assunto, no entanto, essa é a trajetória comum e marco identitário das comunidades tradicionais⁴.

Assim, o que se tem não é a constituição de um campesinato homogêneo e enrijecido nas concepções que dele se fazem, a fim de defender e/ou negar esse ou aquele aspecto, contudo, de identidades diversas que se constroem na luta social, tais como os posseiros, trabalhadores sem-terra e os assentados, produtos da luta pela terra, após meados dos anos 1980, que inauguram um novo capítulo na história do campesinato e da classe trabalhadora deste país: os povos da floresta, os posseiros, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os foreiros, os parceiros, os castanheiros, os açazeiros, os arrendatários não capitalistas, os cessionários, os quilombolas, os povos indígenas camponezizados. Reitero que esse plural, que cabe no entendimento de camponês, vinculado à territorialidade da existência de cada qual, nos lugares e seus significados especiais e espaciais, não é um *a priori*, tampouco uma essência identificada por características exclusivas, mas se constitui através e por meio da ação histórica dos sujeitos sociais.⁵

⁴ Aqui não é o caso de ampliarmos esse assunto, todavia, podemos buscar o apoio de Brandão (1983), para repor alguns cuidados. "Em um primeiro momento a sociedade tradicional e/ou a comunidade tradicional não surgem para nós como opostas a sociedades modernas, a cidades, ao mundo urbano. Elas emergem como um lugar diferente da sociedade primitiva, indígena, tribal. Ou seja, elas são o que o antropólogo encontra quando sai da floresta e da tribo, da aldeia indígena." (p. 347).

⁵ Como o assunto é muito complexo, e mesmo não sendo nosso objeto de aprofundamentos, é de relevada amplitude social e tem merecido atenção de inúmeros pesquisadores e cientistas sociais, os quais dedicam compreensões específicas e fidelizam denominações locais que identificam os tipos sociais aos sujeitos do conhecimento, proporcionando rico receituário de terminologias, adjetivações e figuras sociais, com toponímias geograficamente identificadas, algumas encenadas em prosa, romances, filmes etc. Gostaria de citar algumas obras que mais influenciaram o debate teórico-político sobre o campesinato, no Brasil, de que podemos encontrar comentários nos principais especialistas, como Oliveira (2006), Martins (1981), Fernandes (2007), e com o endosso também das minhas leituras pessoais: Nice L. Muller, "Sítios e sítiantes no estado de São Paulo", *Boletim USP*, n. 132, Geografia, 1951; Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Duas Cidades, 1973, e *Campesinato brasileiro*, Rio de Janeiro: Vozes, 1976; Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971; José de Souza Martins, *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975; Afrânio Garcia Jr., *Terra de trabalho: trabalho familiar e pequenos agricultores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; Margarida Maria Moura, *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978; Klaas Woortmann, "Com parente não se neguecia", *Anuário Antropológico*, n. 87, 1990; Carlos Rodrigues Brandão, *A partilha da vida*. São Paulo: GEIC: Cabral, 1995.

Aproveito a oportunidade para ampliar e atualizar essas indicações com autores que também ocupam lugar importante sobre esse assunto, nos debates acadêmicos e políticos, na atualidade. São eles: 1) Jan Douwe Van

Com efeito, nos últimos oito anos, soma-se a participação da Teia dos Povos do Maranhão, que reúne quilombolas, camponeses, posseiros, indígenas, quebradeiras de coco, raizeiros, benzedeiros, pescadores artesanais etc.

Em síntese, o que ocupa centralidade nas lutas é o direito à terra para a extração do babaçu, rompendo com as amarras proibitivas com base na propriedade da terra, por tratar-se de produto nativo e pela compreensão de que a terra é de quem nela trabalha. Esses fundamentos historicamente vinculados às bandeiras fundantes da Teologia da Libertação, vinculada à Igreja Católica, norteiam os referenciais políticos da Comissão Pastoral da Terra, na região, que atua em favor de alternativas às famílias que são frequentemente expulsas, expropriadas e ameaçadas pelas elites dominantes, grileiros/latifundiários etc.

O que posso dizer é que essa caminhada me tem possibilitado tanto "puxar" os orientandos para as leituras, para os desafios de cada projeto, contudo, também estou sempre aberto e pronto para receber deles indicações, sugestões, e avançar os novos assuntos que "abrimos", as críticas etc. Esse é o caminho pelo qual gosto de trafegar.

Minhas apostas na temática do trabalho, que há tantos anos me têm permitido aprender com pesquisadores, trabalhadores, movimentos sociais, meus orientandos, com as experiências de sala de aula, me ajudam a continuar acreditando que a dinâmica geográfica do trabalho é a pista para prosseguir refletindo sobre os conteúdos da luta de classes, o que me remeteu reiteradamente à noção de pertencimento de classe. Todo o esforço está centrado em demonstrar a dinâmica territorial do trabalho, as estruturas espaciais que lhe estão na base, em meio aos rearranjos do capital e suas diferentes formas de expressão, os vínculos com a saúde do trabalhador e do ambiente (doenças ocupacionais), os impactos na subjetividade e nas entidades de organização política dos trabalhadores, questões com as quais temos nos ocupado diretamente. Assim, quimificação, superexploração do trabalho,

Der Ploeg, *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008; 2) Jan Douwe Van Der Ploeg, "Sete teses sobre a agricultura camponesa", in Paulo Petersen (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32; 3) Do mesmo autor, *Camponeses e a arte da agricultura*. São Paulo: Ed. UNESP, Porto Alegre: UFRGS, 2016; 4) Armando Bartra, *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011; 5) Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas de tutela de condição camponesa*, v. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009; 6) Marcel Mazoyer e Laurence Roudat. *História das agriculturas do mundo. Do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa, Instituto Piaget, s.d. [Edição du Seuil, 1997/1998].

exposição ao risco, acidentes, mutilações, doenças ocupacionais, saúde do trabalhador, saúde coletiva são as nossas linhas de comunicação, eleitas para nos ajudarem a responder.

Os acidentes, os agravos, a exposição aos riscos, a contaminação/intoxicação e suas repercussões na saúde coletiva e ambiental são temas que estamos abordando, no âmbito do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, bem como apreendendo em outras regiões do país, como vimos: isso me põe *tête à tête* com os processos contaminantes e a necessidade de nos aprimorarmos quanto às metodologias de coleta e de análise, para que possamos entender os processos químicos (da coleta à análise), por exemplo, de sólidos em suspensão, fechando o ciclo de compreensão da água.

Esteve e está em questão ignorar e/ou negar as doenças e patologias associadas às transformações recentes da expansão do capitalismo, seja no campo (por meio dos monocultivos, intoxicações via aplicações de fortes cargas de agrotóxicos, da perda da biodiversidade, ganhos por produção etc.), seja nas cidades (com todos os agravantes que incidem sobre o risco, a penosidade e os ambientes de trabalho desprotegidos contra os contaminantes, ganhos por produção, terceirização etc.). O que dizer, então, de o pesquisador abrir mão das prerrogativas de definir parâmetros das lesões, da exposição aos riscos, das doenças ocupacionais em nome de manter-se acomodado ou omitir-se das responsabilidades e compromissos com a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores!

AMASSANDO BARRO DE CADA DIA: MAIS QUE PRÁTICA DE PESQUISA

A Geografia do trabalho por inteiro, que nos inspira neste artigo, expressa tão somente, na sequência dos aprendizados, a superação do conforto dos nossos gabinetes de trabalho – propiciando-nos acesso fácil aos livros e ao bem-estar do ar condicionado –, de sorte que conclamo à necessária experiência de **amassar barro**. Para um bom entendedor, quero dizer que o aprendizado junto aos trabalhadores, a partir das experiências que põem em prática para se manterem vivos diante das ameaças de morte e da perda contínua e constante de direitos, de salários, os riscos, os agravos, os adoecimentos, as doenças ocupacionais e a materialidade da miséria, da perenidade da exclusão e a renitente decisão de resistirem às formas truculentas de exploração, dominação, de permanecerem na terra, nos lotes, nas posses, nas áreas ocupadas urbanas (favelas, às vezes cortiços) – enfim, tudo isso muito nos ensina. Muito possivelmente, o qualitativo "por inteiro" nos chame a

responsabilidades que nossos colegas “cozinhas” e toda a legião dogmatizada pelos cânones positivistas e consortes não aceitarão passivamente. Entretanto, já que estamos na chuva, então vamos nos molhar!

Esse é o ponto de inflexão, que, pelo visto, não atrai os pesquisadores que continuam relutantes em entender que reconhecer as mudanças e, a depender da escala, a marcha das transformações, mantém muito do que somos capazes de reconhecer, ao menos com elementos de aparência facilmente identificáveis, porém, com conteúdos e movimentos dilacerados, modificados, contudo, valendo-se da produção de valor, da exploração de trabalho, da extração de trabalho excedente, em alguns casos, com profundas mudanças na estrutura social do assalariado reconhecidamente proletário, e não mais as combinações e tantas variações que nem sempre o assalariamento direto ou as formas mais conhecidas sequer fazem notar.

É verdade que parte considerável desses trabalhadores não é capaz de identificar a espinha dorsal do processo de acumulação de capital, dos mecanismos de controle, dos significados teóricos da extração/apropriação de trabalho não pago, por estarem fixados nos limites da consciência serial, da classe em si. Todavia, esses trabalhadores nos mostram que há tantos outros sujeitos sociais, os quais, a despeito de não serem explorados (historicamente não vinculados à relação salarial), estão subsumidos pelo sistema metabólico, porém, resistem, reivindicam de diferentes maneiras, as quais nem sempre são captadas por nós, tampouco divulgadas pela mídia: não são sujeitos sociais conhecidos do grande público.

Basta lembrar os enfrentamentos que ocorrem nos grandes centros urbanos entre o poder público e os sem-teto – e o que pensar sobre os riscos a que estão submetidos os posseiros, os quilombolas, os sem-terra, os trabalhadores avulsos no Sertão e em tantas outras regiões do país, os quais estão na mira das milícias das mineradoras e das empresas do setor arbóreo-celulósico, das redes de pistolagem fortemente armadas, que atuam em defesa de latifundiários/grileiros, normalmente políticos (Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores), pessoas blindadas e muito bem protegidas no Congresso Nacional, pela UDR⁶, CNA etc.º Em acréscimo, dispõem do principal, ou seja, do apoio

⁶ A esse respeito, indico a excelente pesquisa de Mestrado, *A questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional*, de Sandra Helena Gonçalves Costa, orientada pelo Professor Doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, junto ao PPGG/FFLC/USP, 2012.

incondicional do poder de extermínio da Polícia Militar, a exemplo do Estado do Pará, que, pela eficiência com que mata as famílias camponesas, sem terras, é invejável ao ditador Assad, da Síria, que igualmente representa outro exemplo de extermínio, no caso, uma guerra declarada, também desdobramentos do imperialismo ou de suas frações, especificamente na esfera internacional.

O mais importante produto desse valioso exercício que a práxis teoricamente orientada nos ensina, da qual o amassar barro é constituinte, é que a intensidade desse processo destrutivo do capital é responsável pela desmontagem/reordenamento de setores produtivos, em escala mundial. Esse processo tem tornado definitivo e dominante o que era, há 30 anos, provisório ou, quando muito, temporário ou contingente, como a informalização, a terceirização⁷, a flexibilização, os contratos temporários, "[...] o trabalhador polivalente, multifuncional, qualificado, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada de diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho." (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 22).

A vinculação entre as dinâmicas escalares, que nos cobra entendimentos sobre o que se passa com os trabalhadores, com seus empregos, com sua saúde, com suas organizações, em nível local/regional/nacional, em face do que está acontecendo na Europa, na Ásia, na África, expõe-nos a linhas explicativas que indicam a fúria incontrolável do capital, de subordinar historicamente o valor de uso à lógica reprodutiva que o transforma em valor de troca e que deixa cicatrizes profundas nos indicadores sociais, nos patamares de exclusão, desemprego, descarte, fome, adoecimentos, acidentes com sequelas, mutilações, mortes etc. Essa imbricação, levada ao extremo, inspirou Harvey (2013) à formulação da acumulação por espoliação, o que agrega musculatura ao entendimento da trágica realidade do trabalho, no século XXI, pois é necessário reservar ao capital a façanha irreversível da sua autodestruição, sendo que o mais perverso é que a sociedade e os trabalhadores também são arrastados a essa marcha destrutiva.

Essa formulação, apesar de oferecer combustível para o entendimento do processo de acumulação de capital, no século XXI, enquanto atividade predatória, fraudulenta,

⁷ Sobre terceirização, sugiro dois livros recentemente publicados: 1) Terceirização - precarização e adoecimento no mundo do trabalho. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). *O avesso do trabalho IV*. São Paulo: Outras Expressões, 2017; 2) LOURENÇO, E. E. S. (Org.). *Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo*. Campinas: Papel Social, 2016.

violenta, que não deve se restringir à etapa original do que Marx (1982) denominou acumulação primitiva, vai situar-se no âmbito das características do século XXI, dos efeitos do neoliberalismo, da privatização, do golpe de Estado parlamentar-jurídico-midiático etc., de 2016, no Brasil. Esse ambiente, repleto de desafios e ameaças à existência dos trabalhadores, redesenha o precariado e as novas expressões da classe trabalhadora, intensa e crescentemente precarizada e, de longe, cada vez mais vinculada aos serviços, à lógica da terceirização, à fluidez dos contratos temporários, ao distanciamento do Estado dos problemas sociais etc. E, no Brasil de 2018, além de tudo isso, tem-se a destruição planejada pelos golpistas de plantão, os quais se propõem retirar do texto constitucional as principais conquistas sociais, previdenciárias, trabalhistas e, privatizar, escandalosamente, as empresas estatais, engessar os investimentos públicos etc.

A nocividade das experiências chama atenção para algumas especificidades, além do Brasil e da América Latina, como, por exemplo, os Tigres Asiáticos, que chegaram tardiamente à complexa trama da produção/industrialização capitalista, também denominados "novos paraísos" da industrialização; eles adotam procedimentos, rotinas e formas de contratação, pagamento e controle dos trabalhadores extremamente nefastos. Baixos salários, jornadas de 12, 16 horas diárias, reúnem contingentes crescentes de condenados aos riscos, adoecimentos, mutilações, descartes, sendo que os exemplos mais escandalosos estão sediados na China, com o caso emblemático da Foxcom, a qual se situa entre as 20 maiores empresas do planeta, com mais de 15 plantas produtivas e aproximadamente 1,5 milhão de trabalhadores.

Acrescenta-se facilmente ao seu currículo ser exemplo emblemático de empresa terceirizada, permissionária para produzir hipérones, iPads, iPods e Macs, da Apple, placas da Intel, componentes da Dell e HP, do *PlayStation*, da Sony, do Xbox, da Microsoft, e do Wii, da Nintendo, pagando aos operário(a)s, em média, de US\$ 200 a 300 dólares mês⁸, juntamente com US\$ 2/hora de jornada de 90 horas extraordinárias por mês.⁹ Com foco na produção de manufaturas para o mercado mundial, a China tornou-se rapidamente um *global player*, que hoje se constitui na segunda maior economia do mundo. Ou seja, produz o

⁸ Importante notar que os estudos mostram que os custos com transporte, alimentação, moradia, na China, são de quatro a seis vezes menores do que no Brasil. Cf. MEYER (2011).

⁹ Segundo dados disponíveis no *site* da China Labour Watch (CLW), os agravos são maiores nas plantas que produzem os aparelhos da norte-americana Apple. Disponível em: <https://www.cnet.com/news/low-cost-iphone-named-in-china-labor-watch-report/>. Acesso em: 15 maio 2017.

que há de mais moderno, em termos de TI, de inteligência artificial, um verdadeiro arroubo espectral, todavia, com base nos mecanismos de cobrança, controle e enquadramento dos trabalhadores nas metas de produção e de produtividade, torna-se colecionadora de características regressivas, de números alarmantes de adoecimentos, mutilações, "[...] suicídios dos trabalhadores, que só em 2010, chegaram a 17."¹⁰

E é nesse cenário marcado por arbitrariedades, perseguições, ausência de legislação e/ou desrespeito, quando existente, extorsão, coerção, enfim, ainda com toda essa **lama**, os trabalhadores também reagem contra a proletarianização, salários aviltantes, descumprimentos de cláusulas contratuais, jornadas extenuantes, às condições de trabalho em geral, como ocorre sobretudo na China, pois há uma verdadeira explosão de greves no país.¹¹

Quero assumir que o esforço do ouvir, do pensar em conjunto, ou junto, o passo atrás para repensar, o acatar proposta também para prestigiar um colega, tudo isso me faz reconhecer que fui contemplado com a convivência, nesses Coletivos, de muito aprendizado (re)novado.

Assim, quando consegui perceber que o movimento do trabalho, o movimento da natureza e o movimento da saúde ganham importância analítica, por entender que é possível outra relação sociedade-natureza, a ser construída a partir das disputas territoriais e de classe, sob o pressuposto de apontar/construir alternativas, ficou mais fácil continuar acreditando que a aposta nas habilidades dos sujeitos transformadores estava mais perto de mim do que fui capaz de imaginar, anteriormente. Essas ideias já foram sinalizadas em minhas produções, bem como se associam a produções em coautoria; aqui me sinto mais solto para comentá-las, repovoá-las de sentido mais informal, apesar de formalizado. É verdade que esse bom momento foi muito bem servido de excelentes resultados alcançados pelos meus orientandos de Graduação, Mestrado e Doutorado.

O século XX foi marcado por diversas crises, graves, amplas e mundializadas, seguidas pelas promessas de reforma da ordem, em nome da manutenção de um *status* democrático, de que somente certos setores seletos do mundo industrializado, pouco mais

¹⁰ Informações disponibilizadas pelo professor Ricardo Antunes, na palestra de abertura do Mesa de Abertura "Neoliberalismo, Terceirização e seus Efeitos Deletérios", como parte do IX Seminário de Saúde do Trabalhador - VIII Seminário "O Trabalho em Debate (Terceirização, Precarização e Agravos à Saúde dos Trabalhadores)", realizado na UNESP/Franca, no dia 21 de setembro de 2015.

¹¹ Informações obtidas junto a diversas notas publicadas por jornais europeus, sobretudo chineses, coletados na *internet*. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/06/greve-na-china-leva-confusao-as-ruas.html>. Acesso em: 26 maio 2017.

de 25 anos pós-II Guerra, até início dos anos 1970, em face dos pactos que lhes reservaram bem-estar social, conheceram ganhos, porém, para a grande massa do mundo do trabalho real da periferia, essas conquistas chegaram parciais e tardiamente. Se não, como explicar as diferenças abissais entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres terem saltado de 30/1, em 1960, para 80/1, em 2010? Ou seja, um sistema social de desigualdade estrutural incorrigível e incuravelmente injusto ou que sustenta a incômoda verdade de que o capital é incapaz de reconhecer seus próprios limites e que as reformas que se sucedem só fazem remediar as contradições e os perigos mais cruéis de sua incontabilidade, que perniciosamente impõem uma ordem social ainda mais injusta e iníqua. No plano imediato do horizonte, põe-se a questão da natureza da crise econômica e social de nossos dias, a qual já não pode ser negada.

No entanto, é necessário ressaltar que a crise que temos de enfrentar é estrutural, profunda e, a cada momento, ganha mais gravidade, tendo amplitude global, isto é, afeta a totalidade de um complexo social, em todas as suas relações com as partes constituintes, da mesma forma que com outros complexos. Como indica Mészáros (2011), "[...] toma a forma de crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente" (p. 11-12), ao contrário da crise não-estrutural, a qual afeta apenas partes do complexo, não colocando em risco a estrutura global. Por outro lado, "[...] deve-se também enfatizar que a crise estrutural de nosso tempo não se originou em 2007 com a ‘explosão da bolha habitacional dos Estados Unidos’, mas sim, pelo menos, quatro décadas antes. (p. 3)." O pior é que a gravidade da crise é acentuada pelo efetivo confinamento da intervenção à esfera dos efeitos, tornando proibitivo atacar suas causas,

[...] graças à “circularidade” do capital [...] entre Estado político e sociedade civil, por meio da qual as relações de poder estabelecidas tendem a se reproduzir em todas as suas transformações superficiais. (MÉSZÁROS, 2010, p. 94).

As contribuições lançadas por meio das abordagens que me (nos) permitiram discutir as ações integradas e interconectadas por parte do capital, através do conceito de agrohidronegócio, e os referenciais empíricos, a partir da ideia de Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro, nos reservaram acúmulos e colaborações relevantes de pesquisadores que se propuseram dialogar conosco, como as professoras/pesquisadoras Raquel Maria Rigotto e Maria Aparecida Morais Silva. Eu tentei retribuir esse gesto de

companheirismo acadêmico nada comum, na minha convivência, por meio de um artigo publicado na *Revista Campo-Território*.¹²

Da mesma forma que os exercícios de pesquisa e a inserção no debate teórico-metodológico-político sobre as profundas mudanças ou mutações no universo do trabalho, através da reestruturação produtiva do capital e os impactos no interior da classe trabalhadora, seus movimentos contraditórios, diante dos ataques destrutivos do capital, me cobraram intervenções mais rápidas e me abriram novos caminhos para as pesquisas e inserções, bem como assuntos, que, efetivamente, se sucederam. Quer dizer, apesar de ter forte vínculo com assuntos situados no temário rural/agrário/agrícola/agroindustrial, tive possibilidades, desde antes da Livre-Docência, de ampliar esses horizontes, o que me tem exigido mais atenção, envolvimento e entendimentos mais próximos das repercussões da reestruturação produtiva do capital, as quais atingem diretamente o universo do trabalho. Entender a totalidade viva do trabalho é o que se põe para mim. O imperioso, nessa decisão, é acreditar que se dá pelo trabalho a busca de alternativas para a emancipação social, para a construção revolucionária.

Quanto aos aprofundamentos sobre o movimento que transcorre no interior do tecido do trabalho, foi-me possível intensificar as atenções sobre a constante passagem da condição de assalariados (operários puros ou proletários) para informais, da mesma maneira que setores do campesinato, os quais, por meio da rebeldia e da capacidade de lutar contra o capital, acrescentam ações e procedimentos de reação e resistência à proletarização. Penso que é pelas contradições imanentes ao metabolismo do capital e à capacidade de luta que devemos compreender a (re)existência camponesa.

Da mesma maneira, é no interior desses conflitos que, efetivamente, podemos nos situar a partir da objetividade das práticas sociais e assumir a totalidade da vida social, no conjunto das suas formas de expressão laboral/ocupacional, como sua materialização específica, como referências teóricas, de sorte a entender, por exemplo, as lutas de resistência, emancipatórias, e as diferentes expressões do desemprego, em todas as escalas geográficas. Isso significa dizer que a persistência da crise estrutural do modo de

¹² Cf. THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 5, n. 10, 2010.

reprodução capitalista, o qual define os limites últimos da ordem estabelecida, radica na inteireza do sistema do capital e que tudo abrange.¹³

Tomo a opção de trazer questões centrais, através das sistematizações dos resultados que consegui, em função dos Projetos em vigência no período que antecedeu o Projeto Temático, tendo em vista, pois, que este tem ocupado importância fundamental na condução das pesquisas.

Por meio do Projeto PQ/CNPq, pude dialogar com outros pesquisadores e, com isso, juntei entendimentos extraídos de outros projetos (individuais), bem como das orientações e como colaborador, em outros.

Ademais, os coletivos nos quais me mantenho atuante, CEGeT/Rede CEGeT de Pesquisadores e CETAS, vinculados às práxis de pesquisa/extensão/ensino, também me exigem cotidianamente repensares e autocríticas, para não desviar o foco da centralidade, a qual pressupõe os conflitos que opõem os trabalhadores às diferentes frações do capital, em que, especialmente, as pesquisas nos envolvem, ou seja, as lutas que se expressam de diferentes maneiras e matizes, sejam de resistência, sejam de cunho emancipatório.

Para tanto, essa escolha me exigia conhecimentos para compreender a atualidade das complexas tramas de relações que redefinem o tecido social do trabalho, isto é, as diferentes formas de externalização, quer de assalariados, quer de terceirizados, autônomos, *part-time*, desempregados etc., e os papéis sociais que, individual ou coletivamente, por suas instâncias de representação (sindicatos, associações, cooperativas, organizações comunitárias, partidos, movimentos sociais etc.) demandam, constroem, reconstroem, protagonizam, se subordinam, e suas respectivas dinâmicas territoriais e estruturas espaciais.

Esses novos elementos de controle social e metabólico fazem com que os meios se tornem os fins últimos, de sorte que, por sua vez, os fins ontológicos da humanidade (produção de valores de uso) são transformados em meios subsumidos aos tais fins reificados. É, pois, encimada pela dinâmica metabólica, suas contradições e (des)construções territorialmente expressas nos desterreamentos, migrações, espoliações e demais formas de consolidação da exploração/dominação/sujeição e de controle social,

¹³ Em Harvey (2016), em torno das 17 contradições e o fim do capitalismo, o autor aborda sob diferentes ângulos a crise e o fim do capitalismo.

que o capital impõe a “[...] nefasta divisão hierárquica e social do trabalho que perpetra a subordinação estrutural do trabalho ao capital.” (ANTUNES, 2015, p. 76).

A sintonia principal desse processo de desenvolvimento, protagonizado pelo capital e que viabiliza a produção capitalista, significa, em essência, produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente. Assim, a característica contingente do sistema do capital, de erigir-se na medida em que o trabalho alienado se consubstancia em negatividade, ao afirmar o processo de produção de capital no qual o produto do seu trabalho não lhe pertence, como também não se reconhece no próprio processo laborativo, e fundado no preceito de crescer inexoravelmente ou perecer – que, diante de desvios de rota, pode parecer facilmente corrigível –, é, na verdade, essencial para se provar que a ordem reprodutiva do capital é insuperável e insolúvel.

Por isso, estamos em concordância com Mészáros (2004, p.82), quando indica que “[...] uma negação adequada da alienação é, portanto, inseparável da negação radical das mediações capitalistas de segunda ordem.” Em consequência, o necessário repensar dessa situação nos mobiliza a reorientar as práticas de produção, a fim de resguardar os objetivos sociais essenciais da reprodução, e não propriamente apostar tratar-se de uma regra universal, para a qual não há alternativa. Acredito que a criação de uma ordem social alternativa não seja somente desejável, mas, sobretudo, necessária e urgente para a sociedade do futuro e, com isso, o substrato de um projeto para o Brasil.

Os trabalhadores especializados/desqualificados do fordismo, que, durante décadas, ocuparam a cena, foram sendo substituídos pelos trabalhadores completos, não mais os artesãos do capitalismo da Primeira Guerra. Vale lembrar que a crise do fordismo é uma crise de modo de organização do trabalho que se manifesta por intermédio da explicitação/explosão da luta de classes na produção, em torno da extração da mais-valia, tendo em vista que o capital para garantir as determinações do processo de acumulação haveria de arrochar ainda mais os salários, ou diminuir o custo salarial real.

Se o novo nos remetia (remete) ao toyotismo e, mesmo diante das dificuldades de apurar definição precisa, especialmente pelo fato de se desenvolver a partir de uma nova base técnica do sistema do capital – e isso é demarcatório, do ponto de vista histórico –, não podemos nos esquecer de que, no bojo da 3ª Revolução Científico-Tecnológica, a qual começou a dar os primeiros passos após a Segunda-Guerra e só se manifestou nas décadas de 1970-1980, tem-se a (re)criação de um novo trabalhador, com novas qualificações e

natureza multifuncional (polivalente). Esse processo de reorganização do capital fundamenta-se nas mudanças no seio do sistema ideológico e político de dominação, "[...] cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte." (ANTUNES, 1999, p. 31).

As marcantes mudanças que ocorreram no ambiente produtivo e gerencial do mundo capitalista fazem florescer o cenário que se concretizará numa nova ordem espacial moldada pela empresa flexível, a qual traz consigo novas substâncias quanto aos mecanismos e padrões de acumulação e de geração de valor.

Os projetos de pesquisa me têm valido, porque me possibilitam executar os planos de trabalho, as entrevistas, conhecer *in loco* as realidades que me proponho entender, a práxis em pauta e a sistematização necessária, a qual somente as leituras e o encadeamento coerente entre essas diferentes etapas do processo do conhecimento me permitem avançar.

Ao menos quero estar certo de que isso apenas pode alcançar efetividade, de fato, se consigo dar continuidade às atividades de pesquisa, aprovar projetos etc.

É rica a oportunidade de estudar questões importantes, tais como produção de alimentos em ambientes hegemônicos por *commodities*, reforma agrária e soberania alimentar, e degradação do trabalho. Consegui sistematizar e produzir alguns artigos, entretanto, o mais importante é que pude ajudar a criar uma consciência teórico-metodológica em torno da necessidade de vincularmos nossas preocupações às formas de exploração e de controle dos trabalhadores pelo capital agroindustrial canavieiro, a questões voltadas para a saúde dos trabalhadores e coletiva. Desde então, as investigações avançam, já como consequência do processo de trabalho, à qualidade dos alimentos, às suspeitas da contaminação ambiental e à necessidade de se discutir mais produção de alimentos e soberania alimentar. Esse assunto demandou esforços de alguns anos, até que se consumasse uma linha de entendimento mais clara e específica.

Diante das demandas que as pesquisas em consecução, à época, me cobravam, além da atuação conjunta com os orientandos, em face das condições impostas pelo projeto de desenvolvimento hegemônico, nas áreas de estudo, fosse o Pontal do Paranapanema, fosse o Mato Grosso do Sul, fosse Goiás, ou seja, fosse onde fosse, nos defrontávamos com os efeitos nefastos da concentração da propriedade da terra ou das terras sob domínio dos grupos monopolistas agroindustriais, especialmente canavieiros.

Os desdobramentos, como os elevados índices de pobreza e de miséria dos trabalhadores e da população em geral, especialmente nos pequenos municípios, estavam em "pé de igualdade" com os problemas ocasionados pela contaminação ambiental, pelos preços elevados dos alimentos básicos, tendo em vista que as terras estavam tomadas por monoculturas. Demorou um certo tempo até que pudesse fazer dessa ideia algo mais elaborado e até convincente. Quero dizer que somente aos poucos foi sendo possível vincular processo de trabalho e a relação saúde-doença, nos nossos estudos.

Nessa primeira fase, embora os assuntos se mantivessem centralizados em torno do agrohidronegócio canavieiro, à época as atenções estavam igualmente voltadas para duas regiões canavieiras do Mato Grosso do Sul, ou seja, orientava dois projetos de Mestrado, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD.

Nesse sentido, foi a partir das primeiras inspirações que fui agregando esses projetos de pesquisa, contudo, somente quatro, cinco anos depois, conseguimos dar os primeiros passos mais ousados e direcionados para vincularmos as condições nefastas de trabalho impostas pelo capital aos trabalhadores, a ignorância/desatenção generalizada por parte da burguesia em abrir mão das terras devolutas/griladas, em favor da criação dos Assentamentos Rurais e, como aponteí acima, a qualidade de vida e saúde do trabalhador.

É mister destacar a inércia em relação aos instrumentos de dominação de classe, sediados na concentração da propriedade da terra, na intensificação das áreas plantadas com cana-de-açúcar e na consolidação da gramínea como monocultivo, em várias porções do território paulista e, especialmente, no Pontal do Paranapanema, como consequência do pacto interburguês ainda vigente entre as frações latifundiária e capitalista, no que tange à legitimação das terras griladas.¹⁴ Esse sempre foi um grande trunfo da burguesia, pouco entendido e priorizado nas investigações sobre a questão agrária, no Pontal do Paranapanema, todavia, já tinha me ocupado na fundamentação da pesquisa que deu origem à Livre-Docência. Temos insistido, há vários anos, que essa compreensão seja considerada nas discussões táticas e estratégicas dos movimentos sociais empenhados na luta pela terra, pois as decisões para dar continuidade aos enfrentamentos com a burguesia passam por essa constatação.

¹⁴ A legitimação das terras griladas do Pontal do Paranapanema, foi objeto de reflexão da tese de Livre-Docência. Cf. THOMAZ JUNIOR (2009).

As discussões que nortearam as vinculações entre luta pela terra, saúde do trabalhador e saúde ambiental, com o questionamento associado da concentração da propriedade da terra, monocultura, produção de alimentos, agroecologia e acesso aos alimentos pelos trabalhadores, foram acompanhadas por questionamentos semelhantes em outras regiões do país, nas quais meus "ex-orientandos" atuavam e ainda atuam.

Foi um bom começo para o que amalgamou a necessidade de ultrapassar os limites de sermos apenas um Grupo de Pesquisa – por sinal, ainda somos –, na criação de uma Rede de Pesquisadores interessados em viabilizar as discussões e socializações dos trabalhos que se ampliavam de forma crescente, pelo país, e porque lidávamos com problemas de pesquisa e sociais semelhantes. Isto é, a temática do trabalho estava na base das nossas preocupações, a identificação do inimigo de classe, praticando quase as mesmas atrocidades contra os trabalhadores e nós, ilhados, cada qual no exercício do que era possível, diante das dificuldades materiais para a execução das pesquisas, porém, preocupados em viabilizar ações conjuntas e mediatizadas pelas práticas políticas.

É desse complexo de desafios e de relações diversas, nos ambientes tensos, todavia fraternos, das reuniões anuais, infindas, de avaliação das Jornadas do Trabalho, que fechamos questão em torno da Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP).

FORMAÇÃO CONTINUADA NA GEOGRAFIA DO TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA RCP

Os esforços para criar, fortalecer e consolidar a RCP exigiam e exigem que se busquem recursos via projetos de pesquisa. Isso é o que me tem fortalecido e, ao mesmo tempo, possibilitado socializar, com meus orientandos, recursos e apoios, de sorte que possam realizar a contento seus projetos de pesquisa. Entretanto, o objetivo é continuar incluindo e atendendo os "ex-orientandos" e seus orientandos – já numa "cadeia dominial" e sucessória de quarta geração –, nos poucos recursos que temos conseguido, por meio de intercâmbios, atividades conjuntas de pesquisa etc.

Nem sempre isso é possível, mas essa tem sido a tônica das minhas ações e, para ser justo, nossas ações, que não se restringem somente aos "ex-orientandos", mas se estendem a companheiros de vida e da militância política que também se propõem contribuir com essa ideia, como é o caso dos Projetos Casadinhos, que concretizamos com

as Universidades Federais (UFPB e UFS), sem contar o esforço sempre posto à disposição para solicitarmos bolsas dos órgãos de fomento.

Os Projetos são imprescindíveis para que esses objetivos nos garantam, na Universidade, pleno engajamento. Como sabemos, as Universidades públicas, via de regra, no Brasil, não despendem recursos para Projetos de Pesquisa, ao menos a UNESP não o faz há décadas.

Quando dizemos que estamos em todos os biomas, é verdade! Isso significa mais compromissos com as explicações geográficas. Mais cuidado com as ferramentas de trabalho, com as categorias, com as correlações necessárias entre circulação atmosférica, com condições edafoclimáticas, com processo social de trabalho, com formação espacial, com as disputas territoriais, com a mobilidade dos trabalhadores, com as novas configurações que o Estado e o capital transformam em “bola da vez”, como o MATOPIBA, ao qual também estamos nos dedicando, com os faxinaleneses, os trabalhadores(as), os camponese(a)s da Mata Atlântica, do Cerrado, do Agreste, do Sertão, da Caatinga, os desafios que viver nos Pampas impõem para os trabalhadores etc.

Algumas perguntas e questionamentos trocados entre nós são estimulantes para repensarmos nossas práticas, ou as consequências das faltas, dos excessos etc. O entendimento de que a pesquisa se destina a produzir manuais e publicar artigos não está integralmente equivocado. Para nós, falta-lhe o essencial: pesquisar o quê, para quê, para quem? Isto é, o que se pretende. Além das respostas a que as indagações me estimulam, fica uma questão de fundo, ao meu ver! O propósito de fazer pesquisa também não se vincula a formar pesquisadores?

Eu sou concordante de que formar pesquisadores comprometidos com as transformações necessárias do quadro de exclusão social vigente tem que ser um dos principais objetivos dos pesquisadores formadores de pesquisadores. O efeito multiplicador dependerá de muitos fatores, mas o gérmen conceptivo começa aí.

Há assuntos, todavia, que catalisam escolhas de diversos núcleos.

A título de exemplo, luta pelo acesso à terra e à água, autonomia das comunidades originárias, gênero e movimentos sociais, crise do capital global e crescimento ampliado dos investimentos públicos, mercantilização e privatização da natureza (terra, água, minérios, créditos de carbono), insistência na compreensão da organicidade, das fissuras, das potencialidades e das frustrações dos “projetos” sindicais e de organização dos

trabalhadores existentes, no Brasil. Todos os matizes de impactos ambientais, seja por qual motivo for, criam problemas e submetem os trabalhadores à ordem máxima de exploração/subordinação, para atender à ordem máxima da acumulação de capital – e isso nos tem tomado as atenções nas nossas pesquisas etc. Se, nas chapadas, para lembrar dos Cerrados, se nas ameaças constantes de desenraizamento dos trabalhadores/extrativistas das Reservas Extrativistas da Amazônia, se nas ordens de despejo, na criminalização, perseguições dos posseiros no sertão, os quais nem a seca derruba!

O diálogo que fortalece a Rede CEGeT de pesquisadores se faz todos os dias; ele se constrói e se refaz, sem que eu tenha qualquer controle. Apesar de nunca ter sido esse meu objetivo, tampouco teria condições de fazê-lo. Aprender com esse movimento de entrada de novos pesquisadores – de também por suposto –, tenho dado atenção especial aos esforços teóricos e metodológicos da Geografia do Trabalho, os quais comparecem nos nossos núcleos, a partir das pesquisas desenvolvidas.

Por exemplo, vêm sinais do Encontra, do Paraná, do CEGeT/Paraíba, do CEGeT/Ourinhos, do CEGeT/Nacional, de Goiás, junto aos grupos e laboratórios que foram se consolidando, como o Núcleo de Pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU/IESA/UFG), Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/Regional Catalão (GETeM/UFG) e Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – LABOTER/IESA/UFG.

As atividades efetivadas no âmbito desses grupos têm proporcionado avanços muito significativos e a integração direta com os orientandos, estudantes de Graduação e Pós-Graduação, assim como pesquisadores parceiros de outras instituições de ensino em Goiás, como a Universidade Estadual de Goiás, Instituto Federal Goiano e Instituto Federal de Goiás. Das experiências de pesquisa, ensino e extensão, resultaram diversos artigos, organização de livros, projetos de Iniciação Científica, dissertações e teses, além de importante produção de material audiovisual (CD ROM, DVD), o qual está sendo adotado em escolas e universidades do país. Essas experiências, em interlocução com os referenciais da Geografia do Trabalho, estão possibilitando igualmente compartilhar preocupações teóricas e metodológicas, mediante a apresentação de comunicações de pesquisa, participação em mesas redondas, intercâmbio com outros pesquisadores, no Brasil e na América Latina.

O envolvimento de pesquisadores (sejam estudantes, sejam professores) nos grupos de pesquisa, na participação em projetos, eventos e ações de extensão, tem demonstrado o papel ativo da Geografia do Trabalho nos referenciais teóricos e políticos de cada um, o que prefiro denominar formação continuada. Em termos práticos, seria o mesmo que dizer que há um conjunto de resultados intercambiados que acontecem e se desenrolam, no âmbito da RCP, todavia, os quais ultrapassam sobremaneira os territórios a que, de certa forma, restringimos nossas ações mais diretas.

Na escala global da reestruturação produtiva do capital e das mutações no mundo do trabalho, buscamos proceder aos vínculos teórico-metodológicos que nos têm permitido situar a precarização e a precariedade do trabalho, no campo e na cidade; a modernização do território; a consolidação das monoculturas voltadas para a exportação, as *commodities*, como temos chamado, em sentido mais geral, o agrohidronegócio e os impactos socioambientais.

Da mesma maneira se tem a produção camponesa/trabalho familiar; sociobiodiversidade do Cerrado, da Mata Atlântica, do Agreste/Sertão; políticas públicas de desenvolvimento rural e planejamento ambiental; incorporação dos territórios, por exemplo, cerradeiros, ao capital agroindustrial, minero-químico e financeiro mundializados. Quer dizer, estamos sugerindo que seja considerada a complexa trama de relações que se expressam nas diferentes formas de exploração, expropriação, subordinação/subsunção dos trabalhadores ao capital. A começar pela (re)criação do campesinato e construção das (re)existências, bem como os movimentos sociais em luta pelo acesso à terra e à água; por reforma agrária, para manter-se na terra, como os posseiros, quilombolas, indígenas; por direitos, pela água e por cidadania; experiências/estratégias agroecológicas como alternativa às formas de uso e exploração da terra voltadas para a obtenção de lucros; valorização dos saberes-fazer camponeses, na lida com o solo, com a água, com as sementes crioulas, com as plantas, com os animais etc.

Enfim, tudo isso nos envolve nos nossos projetos de Pesquisa, os quais, diga-se, não se circunscrevem somente à conformação de pesquisa. O que quero dizer é que temos portas de entrada nos diversos assuntos a respeito das condições de vida e de trabalho dos camponeses, faxinalenses, quilombolas, via projetos de extensão. Esse é um ganho diferencial a favor da RCP.

No Norte de Goiás, estamos conseguindo, através dos professores/pesquisadores da RCP, envolvimento junto às comunidades objeto das ações, em nível de extensão e/ou de pesquisa.

Pode-se ainda mencionar a capacidade de mobilizar estudantes e de formar militantes, dentre estes que ajudam a levar adiante, por exemplo, o Banco Comunitário de Sementes do Povo Kalunga, que já beneficia 70 famílias, nos municípios de Monte Alegre de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Alto Paraíso, São João da Aliança, Paranã e Arrais, sendo, pois os dois últimos no Estado de Tocantins. O CNPq (chamada 24/2016) concedeu, em novembro de 2016, ao professor Valmir Crispim dos Santos, recursos para coordenar atuações junto às Feiras de Ciências dos municípios acima citados, na qualidade de Coordenador do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Estadual Agrícola “David Aires França”, em Arrais (TO). Os resultados iniciais já mostram que as comunidades/famílias envolvidas estão conseguindo recuperar as práticas tradicionais dos povos cerradeiros. Medicina popular, cultivos fitoterápicos, produção orgânica de hortaliças, práticas de recuperação de solos degradados, recuperação de nascentes, dentre outros. E não para por aí. Está em pleno curso, por meio de convênio, finalização de projeto, em parceria com a Universidade de Strathclyde Business School, da Escócia, por intermédio do professor doutor Bryan Garvei, que abordará alternativas de renda com base na cadeia produtiva da mandioca, para as Comunidades Quilombolas da Chapada dos Veadeiros. E é exatamente nesse bom clima de conquistas que o Projeto "O Algodão é nosso", está possibilitando aos pesquisadores da RCP iniciar fases de testes, juntamente com a participação do Coletivo de Mulheres Quilombolas Kalunga, de Monte Alegre de Goiás, para o cultivo de algodão, com o objetivo de produzir tecidos para produção artesanal de roupas, com marca própria, visando à geração de renda, já em estágio avançado.

No Centro-Sul do Paraná, estamos conseguindo ampliar os interesses dos jovens que iniciam as atividades, no âmbito da extensão, e estão dando continuidade aos estudos, em vários casos optando pelo Mestrado, ou seja, "migrando" para a pesquisa, mas sem que isso signifique abandono da extensão. Ao contrário, há substituições e a fila se move, como se diz na linguagem popular. Os trabalhos da Fernanda Keiko Ikuta¹⁵ são reveladores dos

¹⁵ Refiro-me, respectivamente ao mestrado e doutorado, ambos orientados por mim: 1) **A questão da moradia para além de quatro paredes**: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da

argumentos que venho defendendo, há algumas décadas, de que as atividades de extensão nos ajudem a criar linhas de comunicação e conectividades, por meio de atuação junto às comunidades. Citem-se igualmente as mobilizações de que a RCP participa, nacionalmente, como a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, e da veiculação do Dossiê ABRASCO – seguramente, o documento mais completo, confiável e acessível para se entender o processo crescente de "envenenamento" ou contaminação ambiental, em geral, da sociedade brasileira, à base, hoje, de 6,7 litros/dia/cada brasileiro, e incentivação de debates que, muito possivelmente, pela via da pesquisa, não nos trariam resultados tão satisfatórios, quando se consideram engajamento, esforços coletivos para se entender a problemática em nível regional, em termos de saúde coletiva e ambiental. Outro ganho fundamental para as atividades extensionistas levadas adiante por Fernanda Ikuta é a manutenção da Feira Agroecológica no Campus da UNICENTRO, em Irati. Entretanto, tem sido a partir desses primeiros resultados, que as atividades de pesquisa poderão ecoar e repotenciar as ações em nível de extensão, e vice-versa.

Desde os resultados esperados, os quais vinculam processos de trabalho e produção de alimentos, a indissociabilidade da Reforma Agrária e Urbana, com a Soberania Alimentar, até as ações em nível popular ou manifestações de rua contra o golpe – “Fora, Temer!” “Lula Livre!” –, nesses pequenos municípios do país, de difícil mobilização, se tornam possíveis, porque as pessoas se propõem inteirar-se por completo dos propósitos assumidos pelo grupo de extensionistas. Estamos conseguindo resultados muito satisfatórios, e a maior parcela desse sucesso deve-se às metodologias de investigação ação-participativa que pressupõem a construção de novos saberes – e não somente o que o Grupo se propõe disponibilizar inicialmente –, fundamentado no diálogo, nas relações de confiança, que são a chave, diga-se, da entrega e da troca de conhecimentos de naturezas distintas, porém complementares, ou seja, científicos e populares.

A quebra ou a ruptura dos preconceitos e dos apriorismos que tanto nos engessam e nos coíbem/oblitaram de enxergar a sociedade em movimento, demandando a ocupação de ministérios, secretarias de Estado, reivindicando escolas, hospitais, alimentos, terra,

produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP. FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2003. 2) **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia**: articulações, contradições e possibilidades do conflito capital x trabalho. FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2008.

acesso à água, contra a burguesia, na escala local, ou que seja nacional etc., é o que nos mantém **amassando barro**.

Colecionar esses resultados e deles sabermos dar continuidade e refletirmos o quanto se faz necessário conhecer as realidades dos trabalhadores, suas demandas, seus sofrimentos, porque as materialidades se fundem com muita autonomia com as subjetividades e, por conta disso, a petrificação dos conceitos, os *apriorismos* a que tanto nos opomos (e, neste texto, teremos oportunidade de retomar), só são argumentos possíveis, porque estamos nas ruas.

Estou me reportando e pensando sobre o que está acontecendo, assim como muitos de nós, motivado pelos problemas concretos; estou(amos) vivenciando essa nova ordem de preconceitos diante das quais as frações burguesas não se contêm: para ser explícito, "ódio de classe" –seguindo orientação do velho timoneiro Francisco de Oliveira –, e poderia desferir cópia da boa máxima “um espectro ronda o Brasil”, e não é, por suposto, o comunismo, senão a aversão à classe trabalhadora, aos pobres deste país.

A multiplicidade de temas, coesionados a partir de objetivos e de procedimentos metodológicos comuns e compreendidos com base nas tramas espaciais urdidadas, porém, não exclusivas, no âmbito da relação capital x trabalho, coloca na pauta das reflexões geográficas as pesquisas e as atividades de extensão e cultura, a fim de que possamos fazer do trabalho e da classe trabalhadora temas vivos, nas investigações no âmbito da Geografia.

Além disso, uma das tarefas é promover o encontro de saberes, oportunizando diálogo efetivo, pelas ações construídas com os trabalhadores, comunidades tradicionais – os povos cerradeiros, para citarmos exemplo concreto –, populações atingidas pela expansão do agrohidronegócio, por barragens, mineração e/ou grandes empreendimentos etc., que atendem em primeiro plano aos desejos e às imposições do ritmo e demandas do processo de acumulação de capital. Para alguns, a Geografia do trabalho é um campo de saber em disputa, que vem para se somar aos demais que entendem ser possível, através do conhecimento científico, contribuir para o exercício da crítica radical à sociedade do capital e compromissada com a construção de uma nova sociabilidade do trabalho, para além do capital. Nessa tentativa de síntese das discussões que ocorrem no âmbito da RCP, escapam-me alguns detalhes, mas a construção intelectual, no âmbito da Nação *Cegeteira*, como carinhosamente nos tratamos, faz parte das conquistas coletivas.

A comunicação e a construção das relações externas, no dia a dia, os objetivos políticos, acadêmicos, epistemológicos, ontológicos se conversam, se conflitam e se desconversam, também. Há falta de recursos para os projetos, para as bolsas, para as inscrições em eventos, para as viagens? Por onde ficamos nós, ou onde queremos nos manter, sem que tenhamos que seguir as normas burocráticas das universidades, às quais todos nós estamos vinculados? Muito me alegrei com os retornos que obtive das conversas com os companheiros que coordenam os respectivos Grupos da RCP, críticos e prioritariamente voltados para centrar atenções às preocupações teóricas, seja da Geografia do trabalho, seja da Geografia e da ciência em geral, e com o sufocamento que as universidades impõem sobre nós, mais essa conjuntura política, golpista, absolutamente asfixiante e destrutiva para os trabalhadores, para os direitos etc.

Isso é importante, da mesma maneira que o respeito e a admiração que nutrimos entre nós e que nos energiza para transpor os Biomas que nos separam e fazemos da RCP um instrumento de coesão, de estudos e de militância. Verdadeiros migrantes, assim como eu e tantos de nós. Esse momento é muito importante para mim. E abordar esses assuntos ocupa lugar especial nas minhas emoções e lembranças, porque é por onde foi sendo construída minha identificação com o coletivo em que estamos juntos, há mais de 20 anos.

O ENCONTTRA (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra) é exemplo do processo de construção da sociabilidade da pesquisa solidária, que, para nós da RCP, é imprescindível. Tem forte atuação junto aos movimentos sociais, por exemplo, como a Rede Puxirão, em função das relações de pesquisa estabelecidas sobretudo com povos e comunidades tradicionais do Estado do Paraná, mais propriamente os faxinalenses, e tendo se debruçado sobre esse trabalho como transformação da natureza. Menos sobre o trabalho estranhado, o trabalho como valor de troca, o trabalho abstrato, e mais sobre as atividades de grupos que, de modo muito diverso, possuem uma identidade territorial que dialoga profundamente com as formas em que se relacionam com a natureza, e não como uma exterioridade, senão fazendo parte da vida tão profundamente inter-relacionada que têm e que colocam na linha de frente de sua agenda política.

E mais, os Enconttreiros acreditam que a sociedade do capital não é a única que cria subalternidades. "A sociedade capitalista é uma sociedade moderna, ocidental, branca, hetero-patriarcal, cristã etc., mas temos sérias dúvidas de que seu fim seja o fim do racismo, patriarcalismo, sexismo etc." E o pensamento expresso é que a opção pela leitura

ontológica prima pela visibilização de mundos diversos, sem negar o real. "Não se trata de uma carência e sim de uma aposta. Demarcar o lado da pesquisa, com quem se constrói, contra uma absurda insistência em uma neutralidade na qual ninguém acredita, mas que serve como álibi para manter a fragilidade perversa e violenta das coisas como são." Vão mais longe os Encontreiros e arrematam: "A vida é difícil: é o retrato teórico e metodológico de uma pesquisa e uma extensão inquietas, irrequietas, que se propõem o diálogo e a construção de outras interpretações, mas também, de outras formas de fazer que nos ajudem a pensar nas pluralidades do que significa a emancipação em uma sociedade que continuamente constrói essa emancipação."

Essas aproximações iniciais podem, na sequência, oferecer oportunidades para atuação em extensão e Iniciação Científica, sendo construídos, daí para frente, os trilhos da formação continuada, nos marcos da formação acadêmica. Pelo lado do CEGeT, ressaltamos não somente o fortalecimento do relacionamento dos membros da equipe, como também a interlocução que fomos capazes de ampliar, para além da Geografia. Esse fato certifica que a quantidade de pesquisadores sob minha orientação, assim como dos demais orientadores e, portanto, o número expressivo de pessoas que têm participado das atividades programadas pelo CEGeT somente faz a diferença, quando conseguimos agregar os elementos qualitativos representados pelo alto nível das relações, o respeito mútuo e a certeza, por parte de todos, de que nossa caminhada é coletiva, continuada e emancipatória.

CRÍTICA TEÓRICA E PRÁXIS

Nunca é demais lembrar que o ordenamento territorial resultante de qualquer atividade econômica se estrutura para extrair trabalho excedente ou de mais-valia (fonte dos recursos que compõem o salário, a renda da terra, o lucro do capitalista), a partir de simultâneos processos de trabalho e valorização que integram a formação do valor das mercadorias, para subordinar/subsumir e controlar outras formas de relações de trabalho não capitalistas. Com efeito, é no interior desse processo contraditório e berço do conflito estrutural da sociedade do capital que devemos nos debruçar, a fim de desvendar as estruturas de dominação e as relações sociais hegemônicas ocultas ou invisibilizadas da sociedade do capital.

Essa é a nossa tarefa, porque é nesse cenário complexo e invisibilizado pelos fetiches da mercadificação que as mercadorias são postas em circulação, "[...] em contextos

históricos que se diferenciam a partir do grau de articulação planetária do mercado mundial, dos níveis de desenvolvimento e generalização das forças produtivas e, ainda, dos níveis de consciência e organização das classes sociais e seus segmentos, dentre outras condições." (BEHRING, 2015, p. 176).

De toda forma, não podemos nos deixar enganar. Fazer uso da crítica radical é muito mais do que se posicionar contra o capitalismo, contra o capital, contra os empresários, pois requer que saibamos proceder à leitura dos processos de dominação, como se expressam os mecanismos de controle e os poderes de classe, da burguesia, sobre os trabalhadores, camuflados pela aparência da relação de igualdade e harmonia, já que um vende (trabalhador) e outro compra (capitalista) força de trabalho, contudo, é exatamente na apropriação de trabalho excedente ou nas formas sempre readequadas de acumulação que se expressam as desigualdades, no desenvolvimento destrutivo de forças produtivas.

Aqui é o momento de retomar Lukács (2012), porque, para o filósofo húngaro, enquanto a ontologia científico-filosófica dedica-se a investigar a realidade objetiva, de maneira a descobrir o real espaço para a práxis real (do trabalho à ética), há outras ontologias, como a religiosa, que se propõe explicar o problema do ser, com base em pressupostos bastante distintos, o mesmo se passando com a fenomenologia, o existencialismo (mais antropocêntricas) e o marxismo. Não entraremos nesse debate, porém, pretendemos demarcar, de fato, alguns aspectos mais abrangentes da ontologia, numa perspectiva autêntica e materialista, com vistas a ter em Lukács os referenciais "para situarmos o verdadeiro fundamento de um pensamento materialista da natureza e da sociedade."

Recorrer a Tertulian (2009) nos possibilita repor em questão as duras críticas dirigidas a Lukács pelos marxistas dogmáticos, os quais defendiam que a lógica oferece o verdadeiro fundamento de um pensamento materialista da natureza e da sociedade (p. 19). Em decorrência, nós nos valemos dessa crítica para rebater que a teoria do conhecimento que desconsidera as preocupações ontológicas, como o neopositivismo, o qual tanto frutificou seus laços na Geografia, ao buscar nos modelos matemáticos a explicação última dos fenômenos, não fez mais do que mostrar o espelhamento do real ou, nas próprias palavras de Lukács, somente determinados momentos e aspectos da realidade são identificados, já que a "[...] realidade existente possui uma infinidade de outros componentes" que não somente a dimensão quantitativa. (2012, p.66).

A polêmica em relação à defesa de Lessa (2007), de que os assalariados não proletários compartilham com a burguesia o fato de se reproduzirem socialmente, parasitando o proletariado, já que vivem da riqueza expropriada ou do trabalho excedente extraído, petrifica a miopia teórica que impede de entender a complexidade do processo de acumulação do capital e de todos os mecanismos impostos para salvaguardar seu sociometabolismo. Aqui vale reiterar que tanto os trabalhadores produtivos quanto os improdutivos estão vinculados aos mesmos processos de exploração/controle, os quais recaem para os trabalhadores inseridos diretamente no processo de produção/valorização do capital¹⁶, que dão o cariz da exploração da força de trabalho, como identifica Antunes (1999), a ampla modalidade dos serviços que compõem a noção de classe trabalhadora. Acrescentaria apenas:

[...] as definições *a priori*, que tanto nos têm atormentado, mais uma vez comparecem – e também pela via de avaliações apressadas, mutila-se o próprio conteúdo dinâmico da dialética marxista, ao desconhecer a negatividade e a positividade do trabalho. Em segundo lugar, a limitação do conceito de classe trabalhadora à identidade do trabalhador manual, assalariado, produtor de mais-valia, ou ainda o entendimento mais amplo que reconhece o conjunto dos assalariados (produtivos e improdutivos) não contemplam contingentes cada vez mais expressivos de homens e de mulheres que não se enquadram nessas premissas, situando-se na franja da exclusão suprema, ou seja, os sem emprego, sem trabalho, sem profissão, sem casa, sem-terra [...]. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 124).

Não me dedicarei a esse debate, neste momento, mas é importante mostrar o quanto a falsificação da realidade – por essa visão exclusivamente gnosiológica-teórica e lógica –, impõe um formato de entendimento homogêneo da realidade, sabendo-se que, na verdade, é ontologicamente heterogênea. Não podemos esquecer, todavia, que a ontologia lukacsiana dividiu importância com outras vertentes e, por isso, o que é atribuído ao indivíduo de forma isolada, em si, conferindo aos problemas da ontologia da natureza certa irrelevância, "[...] não consegue explicar a gênese real do ser humano e seu mundo." Ambas, no pensamento lukacsiano, “[...] deveriam ser superadas por uma ontologia essencialmente materialista e sem intervenções de qualquer transcendentalismo” (HECK, 2017, p.20).

Por conseguinte, o reconhecimento de que o ser humano vive numa realidade existente em si, totalmente independente dele, a qual emana desse ambiente de formulação,

¹⁶ Esse assunto foi amplamente discutido por Thomaz Junior (2009).

muito nos auxilia na Geografia, já que, com base em Marx, Lukács (2013, p. 575) adverte que

[...] deveria ser posto a descoberto o caminho econômico que leva à situação atual, aos seus problemas, aos seus modos de dirimir. Desviar-se do marxismo enquanto unidade de ciência e filosofia tem como consequência que os marxistas muitas vezes procurem aplicar de modo acrítico e mecânico ao presente categorias que foram formuladas há 40-80 anos.

Entrementes, na Inglaterra do século XXI, são evidentes as perdas das conquistas trabalhistas do *welfare state*, por exemplo, no caso dos trabalhadores com contrato de zero hora, os quais não são remunerados com base nas horas trabalhadas.

Aqui vale colocar em relevo que, se o modo de construção da sociedade é o mesmo do seu espaço, na sociedade capitalista, dividida em classes sociais, é necessário entender que há uma coabitação de sujeitos/classes opostas, sediada num conflito permanente exposto entre hegemonia/contra-hegemonia, de sorte que, ao mesmo tempo em que há dominação/subordinação, há resistência. Isto é, trata-se de uma estrutura societária cujo conteúdo espacial contém a desigualdade de classe e também o contraespaço, ou seja, os sujeitos das lutas de resistência, emancipatórias (de contraespaço), que se encontram, na esfera do trabalho, sob diferentes formas de controle e domínio do capital, seja pela via da exploração de trabalho excedente, seja pela via da subordinação da renda da terra ao capital, seja por outras formas e relações. Ora, é imprescindível que saibamos apreender os conflitos que indicam desde um simples questionamento às formas de resistência dos trabalhadores à proletarização, à exploração, à subordinação etc., e os vínculos políticos, as entidades de organização, as filiações ideológicas, os propósitos de classe etc.

É exatamente nessa convivência contraditória, nem sempre visível/apreensível, dos conflitos de classe, que Moreira (2012) define a coabitação entre espaço e contraespaço, concluindo que não há espaço sem contraespaço e vice-versa. Heck (2017, p. 70) interpreta essa coabitação dialética, argumentando: "Entender os(as) trabalhadores(as) como sujeitos sociais ativos, e que podem interferir no espaço através das lutas de contraespaço não pode prescindir da centralidade revolucionária do trabalho."

Reforço esse posicionamento pela explicação das alianças de classe da burguesia que dão sustentação a todo o processo de acumulação e reprodução do capital. Chesnais (1996), em *Mundialização do Capital*, foi capaz de captar os processos essenciais que transcorriam na órbita do capital, na primeira metade dos anos 1990, os quais são válidos

para o momento. Em meio a esse processo, o capital – enquanto relação social mundializada – ou as frações burguesas que o compõem, pôde dispor do discurso ideológico capaz de validá-lo no meio científico-acadêmico e também político, através da concepção ideologizada de globalização, a qual se somou rapidamente ao sistema manipulatório do capital.

Esses são os pilares fundantes que têm permitido reiterar a imprescindibilidade de não nos distanciarmos da história e dos movimentos territoriais correspondentes dos trabalhadores, em torno das mudanças e rearranjos que o capital constrói mundialmente, exatamente para nos sentirmos mais seguros, de maneira a compreender os rebatimentos no trabalho, seja objetiva, seja subjetivamente, assim como as implicações desse complexo de complexos.

É oportuno rápido comentário sobre o precariado, já que não será objeto de aprofundamentos, apenas para que não se percam os horizontes teóricos que preciso defender, a fim de socializar com o interlocutor, com as atenções para não me envolver em denominações apressadas, tampouco nas armadilhas políticas que estão submersas nesse conceito. Refiro-me ao entendimento de Stading (2013), que atribui ao precariado a ideia de nova classe social, incapaz de transformar o sofrimento individual em causa coletiva; santo remédio da social democracia europeia, que sepulta "[...] o fim das possibilidades das ações humanas desencadeadas a partir do trabalho social." Os efeitos perversos da proliferação de empregos formais, porém, extremamente explorados, como nos *Call Centers*, operadores de *telemarketing* ou igualmente chamados de infoproletários – também concebidos como degradação real do trabalho virtual, generalização de empregos informais, em tempo parcial, terceirizados, aumento do contingente de mulheres no mercado de trabalho, à base de intensa precarização –, produzem uma massa crescente de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, com direitos etc., que, aliás, nunca foi nenhuma maravilha, contudo, mais que nunca potencialmente portadores de estresse ocupacional.

De todo modo, o proletário precarizado, ou "[...] a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas" (ALVES, 2013), ou esses milhões/bilhões que se deslocam em direção à precarização crescente, com perdas de poder de compra/renda, que flutuam às gradações móveis da miséria – percebendo no máximo dois salários mínimos –, que vão se somar ao que está para além do exército de reserva, pois usado como pressão sobre quem já tem um emprego (nessas já precárias

condições), passam a ser um exército de excedentários, descartados ou, no limite, o que Marx chamou de "superpopulação relativa" (flutuante), que garante ao precariado as marcas mais degradantes do proletariado do século XXI. Alguns lhe conferem o predicado de compor a massa ignara e apolítica tão desejada pela burguesia, como se isso fosse algo peculiar a um nicho e não sistêmico da sociedade de classes capitalista, a qual já aponta 20 anos de outros 500 já decorridos em que a burguesia está empoderada.

A sincronia perversa entre a implosão das forças produtivas e o seu iminente descarte transforma contingentes de trabalhadores em refugo – os quais são simplesmente descartados –, sendo que, em decorrência e ao mesmo tempo como causa, temos o fato de que o trabalho, enquanto medida de riqueza, já na sua forma abstrata, passa por profundas modificações, mas não deixou de ser referência para o valor, para a lei do valor, para a mercadificação, para a acumulação de riqueza.

Pensamos que não é propriamente com o enquadramento do trabalho à categoria de semiproletário, subproletário (como veremos a seguir), ou *lumpen*, como demarcação para continuar mantendo o distanciamento desses contingentes da composição da classe trabalhadora, assim como com a defesa de seu descentramento, porque senão nos escapará o entendimento do rico e contraditório processo de redefinição das lutas e o conteúdo da dinâmica geográfica atual do trabalho, da renovação da composição da classe trabalhadora no século XXI. Tampouco poderíamos imaginar que o fim do trabalho abstrato, constantemente atingido pelo próprio capital que o criou e que o destrói, pela via da substituição de força de trabalho por máquinas, sem que isso se processe por meio de revolução e emancipação de classe, corresponde somente a uma manifestação da barbárie.

Para tanto, é indispensável que associemos os reais significados da incontabilidade do capital e o fato de que a sociedade só pode se transformar pela via da luta de classes, o que exige de nós atenções para a atualidade do tecido social do trabalho, intensamente fragmentado e objeto predileto do sistema manipulatório do capital. Obviamente, é imperioso considerar as rupturas e os tensionamentos em torno da busca de alternativas de vida e de trabalho, para além dos formatos pré-definidos como proletariedade (ou a condição de proletariedade), de sorte a fazer bom uso do conceito de Giovanni Alves.

Ora, acho que poderia acrescentar formulação de Harvey (1992), que, ao meu ver, contribui para o entendimento do momento que vivemos, quando sugere a expressão

compressão espaço temporal, pois está adiantando que há dois fenômenos contrários e simultâneos, ocorrendo sobre o trabalho. De um lado, a fragmentação e a dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias da informação, a compressão do espaço, ou seja, tudo se passa aqui, sem distâncias, diferenças, nem fronteiras, e a compressão do tempo: tudo se passa agora, sem passado e sem futuro.

Portanto, com base na definição de proletariedade, separa-se a condição existencial de proletariedade (precarização no limite) da identidade de "classe social do proletariado", porque é necessário "[...] romper com as incrustações positivistas que impregnam as elaborações sociológicas (e marxistas) do conceito de classe social", já que não respeita a "[...] perspectiva dialético-materialista do que seria uma teoria da classe social do proletariado." (ALVES, 2011, p. 59).

Deduzo que, para Alves (2011), somente a condição de proletariedade, arraigada ao conceito clássico de proletariado, ou trabalhador assalariado, quando muito extremadamente degradado, pode caber no conceito de proletariedade. Relações de trabalho que cumprem ou que mesclam as formas precárias de assalariamento e não assalariadas (autônomos, tempo parcial, avulsos, diaristas etc.) seriam as incrustações positivistas, mesmo que também estejam sintonizadas na prevalência "[...] da centralidade ontológica do processo de formação do sujeito histórico de classe." (p.72). Até aqui há tolerância, por parte do autor, porque o proletário é exclusivo em relação à potência emancipatória no século XXI, presumo que sujeito revolucionário ou protagonista da emancipação social. A pureza proletária dessa potência revolucionária, pré-definida, não aceita as materialidades previstas na condição de proletariedade, pois nelas reside o efeito regressor da constituição do para si, reservado à classe social do proletariado. A condição de proletariedade não garante compromisso emancipatório, porque restringe o sujeito às suas individualidades pessoais/existenciais de classe "subsumidas ao modelo de produção capitalista". Tal imunidade é garantida ao proletário, no sentido de subsumir-se ou ser subsumido ao capital! Dado que "[...] 'classe' diz respeito ao sujeito histórico capaz da ação política, em si (e para si), capaz da 'negação da negação', da alienação em suas múltiplas determinações." (ALVES, 2011, p. 72).

Talvez haverá tempo ainda para se pensar em possíveis metamorfoses, ou oportunidades para conhecer mais de perto os processos e as condições de vida e trabalho, nas quais os trabalhadores(as) estão submetidos e subordinados aos efeitos da

reestruturação produtiva do capital, à senda da mundialização, como afirma Alves (2011, p. 73): "A multidão e o povo se constituem como classe no sentido pleno do conceito quando se indignam, resistem individual ou coletivamente, ou ainda, organizam-se e lutam, em si e para si, como sujeito histórico de classe capaz de mudança social contra a condição de proletariedade." E mais: "A condição de proletariedade põe apenas a possibilidade objetiva da 'classe social', mas quem a constitui efetivamente, no sentido da classe em si e para si, é a luta de classe" (p. 81), então, o que atribuir aos processos de luta e de enfrentamentos, na sociedade do capital, por fora da luta de classes? Ora, quem são os mortais que encarnam as materialidades da proletariedade, se não os homens e as mulheres que podem negar a condição de alienação e estranhamento social, exatamente nos embates e nos processos de conscientização que se constroem no plano da vida, e de que muitos de nós participamos? Nesse caso, de fato, é possível concordar com o autor quando argumenta: "A constituição do "em-si" e "para-si" da classe percorre um longo (e complexo) continuum que vai da contingência à necessidade histórica" (p. 73), com as atenções para a mudança social contra a condição de proletariedade.

Pouco alcance nos oferece para explicar a diversidade e a complexidade com que esses ataques ao trabalho e os tensionamentos consequentes repõem em cena formas de resistências e de lutas que requerem, dos pesquisadores, das instâncias sindicais, dos movimentos sociais etc., olhos de lince e vontade para enfrentar o debate político, desfazendo-se de modelos ou arquétipos engessados de interpretação, como se déssemos um golpe na dialética e, pior de tudo, falando em nome dela!

A amplitude desse assunto me reserva apontar toda a herança teórica dos autores brasileiros, como vimos, formados nessas fileiras e que concordaram, discordaram e de punho próprio acrescentaram mais elementos ao debate, me oferecendo um rico material intelectual. Contudo, diante do cenário do século XXI, das questões que o metabolismo do capital me apresenta, o debate e os referenciais herdados desse passado não estão respondendo aos desafios da realidade do trabalho e da classe trabalhadora. Recupero ponderações que elaborei para o texto da Livre-Docência, por entender que o momento é oportuno.

Quando, pois, se defende teórico-politicamente que o proletariado, por ser a única classe da sociedade burguesa que vive da riqueza que ela própria produz, por estar unida entre si por relações múltiplas e de se contrapor aos interesses das outras classes e, por isso,

ser a única capaz de aglutinar os demais segmentos da sociedade para a crítica radical ao capital, rumo à construção do socialismo, efetivamente, somos capazes de nos convencer? As ponderações de Thompson (1998) indicam que “[...] uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”, tendo em vista que formação da classe e consciência de classe são faces de um mesmo processo. O não entendimento dessa condição pode endossar um modelo de desenvolvimento da classe por etapas, em que a consciência seria uma espécie de derivação da etapa superior da classe (THOMPSON, 1998, p. 105). A compreensão de classe como uma categoria histórica é a sustentação da crítica ao entendimento que faz prevalecer a teoria sobre o fenômeno histórico, tornando, dessa forma, a classe uma categoria estática. Está presente na posição de Thompson (1998), sobre o componente estático de classe, a crítica à existência de uma vanguarda que saberia, mais que a própria classe, qual seria a consciência de classe conveniente ou correta.

Toda a polêmica característica desse assunto não está em foco, neste momento, mas, sim, o fato de que essas duas dimensões (relacionamento e organização/interesses de classe) referenciam o conceito marxiano de classe social, de sorte que pensamos ser mais apropriado considerá-las de maneira articulada. Nesse sentido, não é necessário ceder aos apelos de Bourdieu (2008), quando propõe rupturas com a teoria marxista, tendo em vista a restrição da abrangência da análise social e a insuficiência para explicar o mundo social, basicamente porque privilegia a esfera econômica. Não concordamos com essa postura, até porque Marx não se propôs edificar uma teoria sobre as classes e também porque o engessamento dessa categoria de análise a torna um empecilho para o exercício da investigação científica e da ação política transformadoras. Isso não quer dizer que deixamos de reconhecer haver uma lacuna na produção intelectual-acadêmico-política de estudos sobre as classes sociais, diante da diferenciação social, na atualidade, da heterogeneização, clivagens de grande profundidade do trabalho.

A práxis que acreditamos ser o procedimento mais correto para apreendermos esse movimento e as mediações que o redefinem, constantemente, constitui também o recurso para compreendermos as mutações internamente ao universo do trabalho. Mais do que isso, vale até captarmos a plasticidade existente entre as diferentes formas geográficas, que nada mais expressam do que as formas de externalização do trabalho dos lugares, seus significados etc.

É nesse ambiente de reflexões, no qual nos ocupamos do entendimento do movimento de (des)realização e as novas identidades oriundas das redefinições fundamentadas nas reinserções laborais/ocupacionais e suas respectivas dinâmicas territoriais, que chegamos ao conceito de plasticidade do trabalho. Alinhavamos ser necessária uma referência epistemológica crítica e transformadora, capaz de captar esses sinais que rompem a ordem espacial dada pelas delimitações das profissões/habilitações, em função dos impactos das novas exigências da acumulação de capital e, também, situar por dentro desse movimento de (des)realização do trabalho os novos chamamentos emancipatórios.

Esse caminho percorrido pelas pesquisas, referenciado teórico-metodologicamente na crítica ao sociometabolismo do capital, me possibilita apreender a atualidade da centralidade do trabalho ou os conteúdos e as dinâmicas territoriais vivenciadas pelos trabalhadores(as), os quais podem protagonizar a transformação/emancipação da sociedade e imprimir outro curso histórico, para além do capital. Ou seja, essas escolhas nos têm auxiliado a discutir a questão da transcendência do sujeito social inscrito nas complexas tramas do mundo trabalho, que, sob o nosso ponto de vista, não se resumem aos homens e mulheres que vivem da venda da força de trabalho, apesar de ocuparem importância fundamental, porém, ao arco de confrontação com o capital expresso, por exemplo, por meio dos conflitos territoriais sob o protagonismo dos(as) trabalhadores(as) terceirizados, por conta própria, subcontratados, *precatórios*, intermitentes, camponeses (considerando o complexo espectro de formas específicas, a começar pelos posseiros, arrendatários, meeiros, dentre outros), quilombolas, indígenas, pescadores artesanais etc.

Não obstante, a busca pela identidade dos homens e das mulheres que fazem parte da classe trabalhadora não nos faz incorrer no equívoco das definições *apriorísticas*, já discutidas por nós na Livre-Docência e em outros textos que se sucederam, mas deve continuar nos ocupando exatamente porque, ao mesmo tempo em que o conceito de classe operária (fabril) não representa mais o conjunto dos trabalhadores (homens e mulheres), os quais tiveram lugar de destaque na dinâmica das lutas de resistência e emancipatórias, tampouco devemos nos manter insensíveis às mudanças ocorridas no interior da classe e que têm provocado alterações de expressiva profundidade e amplitude, na sua composição, da mesma maneira que nas condições degradantes de vida dos trabalhadores, especialmente

em função dos desrespeitos e descumprimentos da legislação, os quais repercutem na saúde ocupacional e ambiental.

RECORRÊNCIA DO COMPROMISSO SOCIAL E DE CLASSE

Será com as atenções voltadas para a processualidade social das lutas, dos enfrentamentos de classe, que continuarei a fortalecer minhas experiências de pesquisa, a fim de situar-me na órbita das demandas que podem me ajudar a visibilizar as contradições as quais ocupam importância nas pautas dos movimentos sociais, para, assim, decidir as principais linhas das minhas atuações e da maioria dos demais companheiros. Igualmente, será com a produção de textos e a intervenção pública, que me permitam demonstrar os conteúdos e expressão geográfica da plasticidade do trabalho ou a desterração, em sentido amplo, das fragmentações, ou seja, os movimentos compostos e simultâneos entre a estrutura social, que indica o que me apresento para discutir o movimento territorial do trabalho e de classe.

Seguindo essa linha de argumentação, ocupo-me em responder aos resultados da mobilidade territorial do trabalho, atrelada à mudança laboral e aos respectivos impactos na subjetividade do trabalhador. O conceito de desterração me abre possibilidade de visibilizar os vínculos pré-estabelecidos entre territorialização-desterração-reterritorialização (TDR), os quais pouco nos dizem sobre as tramas sociais e as respectivas identidades territoriais, em cada etapa. Meu esforço tem sido de qualificar o movimento do trabalho, ou os aspectos e conteúdos da negação/afirmação das formas de (des)realização das mobilidades que cada etapa da TDR expressa e os expedientes de controle que o capital exerce em cada uma delas, sem que sejam devidamente entendidas e combatidas, pois não se propõe romper, nós, pesquisadores, para referenciar exemplo concreto, com as vendas enraizadas no estranhamento.

Estou em desacordo com aqueles que defendem, confortavelmente situados na esquerda acadêmica, não haver sujeitos capazes de se mobilizar para as lutas e ações revolucionárias, e que à Universidade cabe cumprir papel de abrigo às teses reformistas, por suposto, antipopulares, ou permanecer distante da busca das ações e protagonismos oriundos das organizações sociais populares, onde também continuo incluindo os sindicatos nas contradições sistêmicas do modo de produção capitalista e na centralidade do trabalho, enquanto potencialidade das lutas de resistência e emancipatórias.

As apostas somente cumpridoras das agendas de curto prazo, quando muito reconhecedoras dos atributos limitados à atuação permitida pela luta institucional, eleitoreira, para mim têm, cada vez mais, menos importância.

Lancei-me, desde então, a expressar interesse, a atentar para casos concretos, empiricamente comprovados, aproximar-me dos debates, de sorte a me inserir nas dimensões da saúde e do ambiente, atrelados ao trabalho, motivado, pois, pela necessidade de romper minhas atenções somente às situações/condições degradantes, peculiares do capitalismo, sejam nos campos, sejam nas cidades, priorizando, assim, as conectividades que se estabelecem.

Por exemplo, entendo que qualidade de vida e saúde coletiva/pública estão vinculadas à produção de alimentos sem agrotóxicos e que os trabalhadores urbanos e toda a sociedade possam ter acesso a esses bens. Defendo ser necessário vincular as bandeiras em defesa da qualidade de vida, erguidas em nome da agroecologia ou das práticas agroecológicas, da produção de alimentos orgânicos e sem venenos, na linguagem popular, da reforma agrária, em defesa da saúde do trabalhador e coletiva, bem como em relação às exigências gerais da condição proletária, como salários dignos, emprego etc.

Essa totalidade social do trabalho do ano 2017 é que tem de nos motivar às pesquisas e às principais questões em busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, a democratização de acesso à alimentação, à terra, à água etc. Já nos acostumamos a essa fragmentação terra-água, especialmente na Geografia, base aliás da fragmentação alienada entre Geografia humana e Geografia física, respectivamente, ou ainda interpretações mais profundas que me desafiam, efetivamente, a ocupar as defesas mais lúcidas das teses marxianas, por exemplo, o trabalho situado na totalidade social da sua existência, a integridade social e ontológica indivisível do homem, rompida com a forma mercadoria ou a produção de mercadorias, fundamentada na forma abstrata, a qual se utiliza do estranhamento que separa os homens da produção de bens, para a satisfação, dos valores de uso.

Os estragos desse marco histórico para a humanidade são flagrantes, pois separam os homens e as mulheres das condições concretas de vida, de inserção social e de interesses de classe, que, a título de ilustração, poderia ser genericamente interpretada na relação contraditória capital x trabalho. Que tomemos essas referências como aquelas que não mais darão sustentação à aparente despolitização ou desvio de temas centrais capitaneados e

entendidos de maneira restrita, mas como uma totalidade que começa no processo saúde-doença, como determinação do modo como o homem se apropria da natureza, em um dado momento. Assim, pudemos desenvolver essa ideia, a partir de Rigotto (2011, p. 32), quando nos indica que a apropriação em questão se "[...] realiza por meio do processo de trabalho, baseado em determinado grau de desenvolvimento" (destrutivo) "[...] das forças produtivas e das relações de produção." (THOMAZ JUNIOR, 2014, p. 8).

O mesmo posso argumentar em relação ao conceito de subproletário ou subproletariado, o qual contempla tudo o que não se sustenta mais como operário fabril ou, por força das transformações ocasionadas pela reestruturação produtiva, tem a precarização da reprodução da força de trabalho,

[...] transformando em subproletário todo trabalhador proletário que depende da venda da força de trabalho, de forma explícita (trabalho produtivo), ou de forma camuflada (trabalho improdutivo), pela regulação do sistema de assalariamento, inseridos em condições precárias de trabalho e remuneração, instabilidade da atividade laborativa, jornadas ampliadas e direitos do trabalho negados. (GOULART, 2012, p. 8).

Com base em Antunes (1999), busca-se identificar as perdas dos direitos mínimos do trabalho, que trazem em cena o proletariado em tempo parcial dos anos 1990, subcontratado, terceirizado, informal, acrescido das preocupações de Bihl (1998), que acrescenta à subproletarização a ausência de proteção sindical.

Tudo isso, sem que identifiquemos suas origens, deslocamentos, territorialidades, aspirações, subjetividades, culturas, semelhanças/diferenças e capacidades de luta e resistência, consciência de classe, com base nas dimensões da estrutura espacial de dominação da sociedade do capital, bem como os vínculos que firmam nas disputas territoriais que protagonizam e os mantêm afeitos à manutenção das identidades culturais etc., e às projeções enquanto classe para si.

Manter-se fiel aos referenciais pré-fixados em postulações teóricas e demais referenciais que não nos possibilitam avançar analítica, política e geograficamente é o mesmo que não se propor sair do lugar, apenas cumprir o papel acadêmico de gastar tinta, papel, saliva, e ocupar indevidamente a atenção dos interlocutores. Ou seja, estão contidos ruídos e confusões na denominação que ainda não se entende muito bem, porém, é indicativa de lucidez intelectual e teórica, como novo proletariado dos serviços, bem como os demais trabalhadores que engrossam as fileiras da degradação sistêmica do trabalho e que, ao nosso ver, compõem a classe trabalhadora ampliada, nestes tempos do século XXI,

fazendo emergir *slogans* como nova classe média, que nada ou quase nada nos diz. Como frisei, esses assuntos estão subjacentes às nossas preocupações.

Aproveito a oportunidade para fazer uma chamada de atenção para o *livro La clase obrera no va al paraíso* - crónica de una desaparición forzada, de autoria de Ricardo Romero Laullón e Arantxa Tirado Sánchez, pois, logo na introdução, os autores afirmam algo muito pertinente para a discussão em apreço:

La tesis principal del libro no es mitificar a esta clase trabajadora, ideologizada o no, sino ver que sin ella no hay transformación posible, que no podemos permitirnos el lujo de no movilizarla, por mucho que custe. Sin su movilización, la lucha se queda en grupo atomizados que se movilizan por recuperar lo perdido, por volver a poder consumir y vivir con la tranquilidad con la que se hacía antes, sin cuestionar la apropiación del excedente de los trabajadores en forma de plusvalía ni la sangrante desigualdad resultante, implícita a este sistema de exacción llamado capitalismo. (LAULLÓN; TIRADO, p. 31).

A esse respeito, vale também recuperar ideias que revelam a importância de setores intelectuais que exercem influência no debate acadêmico e político. É oportuno insistir na ideia que exige de cada de um nós que não tergiverse da mais lídima impostação marxista, ou seja, da centralidade do trabalho, da classe trabalhadora como sujeito transformador, na ruptura da extração de trabalho excedente e de todas as formas de subordinação dos homens e das mulheres ao jugo do capital, e que apostamos no socialismo, enfim, é o momento de fazermos do debate da luta de classes a centralidade das nossas ações, de sorte que os avanços possam iluminar nossa atuação/militância, tornando-nos muito mais do que meros agentes transmissores de conhecimento ou, no máximo, bons debatedores.

Amparo-me nessas ideias, muito próprias, para repensar o conceito de subproletário ou a consagração do fenômeno, na expressão subproletariado, a explicação para os desarranjos e os esgarçamentos que têm atingido duramente diversos segmentos do proletariado tradicional e tantos milhões que já iniciaram a vida laboral terceirizados e desprotegidos de toda sorte. Em torno desse conceito está contemplado tudo o que não se sustenta mais como operário fabril, sem que identifiquemos suas origens, deslocamentos, territorialidades, aspirações, subjetividades, culturas, semelhanças/diferenças e capacidades de luta e resistência, com base nas dimensões da estrutura espacial de dominação da sociedade do capital e nos vínculos suscitados nas disputas territoriais que protagonizam e os conservam afeitos à manutenção das identidades culturais etc., e às projeções enquanto classe para si.

É nesse contexto que dei prosseguimento à busca de interlocução e de ajuda, logo no início de 2011, junto a profissionais/pesquisadores renomados nos estudos de saúde do trabalhador, como Maria Maeno (Fundacentro-SP), Raquel Rigoto (UFCE), Ildeberto Muniz de Almeida (UNESP/Botucatu), Wanderlei Pignati (UFMT), todos médicos, e Maria Aparecida Moraes Silva, Giovanni Alves e Ricardo Antunes, sociólogos do trabalho, já do convívio há longo tempo, todavia, distantes das alternativas que já vislumbrava, com a construção de Projeto Coletivo, o qual cuidasse de questões atinentes ao processo de trabalho, formas de exploração e saúde do trabalhador. Essa procura inicial foi tão bem-sucedida que, exceto Maria Maeno e Giovanni Alves, os demais compuseram conosco a equipe de pesquisadores do Projeto Temático/FAPESP.

A ampliação dos horizontes de pesquisa para as esferas de atuação de instituições públicas, as quais têm demonstrado preocupações e ações concretas que se somam às nossas, no âmbito do serviço, e que não nos tocavam no momento, mas especialmente da pesquisa e extensão, nos aproximou do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Centro de Referência e Saúde do Trabalhador (CEREST/Presidente Prudente) e, mais recentemente, do Ministério do Trabalho e Emprego.

É nessa fase que se intensificam os estudos e a obtenção de resultados, os quais se centraram nos impactos das intervenções capitalistas, incorporando os "progressos técnicos" aos fundamentos centrais de monopolizar as melhores terras (férteis, planas, servidas de logísticas favoráveis), com disponibilidade hídrica, sintetizando o que denominamos agrohídronegócio, geograficamente definido como Polígono do Agrohídronegócio Canavieiro. Todavia, ganham energias de novas pesquisas que consideraram mais detalhamentos e aprofundamentos, no tocante aos controles exercidos pelas cadeias produtivas (mais ou menos complexas) e pela intensificação dos investimentos de grupos estrangeiros na agropecuária – especialmente nas *commodities* –, ou a internacionalização comandada por novos interesses, a depender das matérias-primas e das condições históricas e políticas, em detrimento da produção de alimentos.

Ademais, nossa participação junto aos movimentos sociais envolvidos nas lutas de resistência, sediadas no interior dos conflitos de classe, aliás, a essência das formulações e pressupostos do presente projeto de pesquisa, fez a diferença. Isto é, não fosse a composição/conciliação de atividades de pesquisa com as ações correspondentes junto às organizações sociais, bem como a participação no debate público, com apresentação oral

de trabalhos e palestras, não conseguiríamos socializar os resultados esperados, tampouco reunir as dúvidas e questões que ficaram sem respostas, com vistas a compor sistematizações e formulações de investigações futuras.

Imersos nesse ambiente remodelado com rapidez e intensidade, os projetos começam a ser elaborados e executados, e foram se multiplicando e me (nos) fornecendo os conhecimentos que eram requeridos, a fim de que pudéssemos avançar rumo à demarcação de um campo de investigação, no qual, para abordar o trabalho, não somente nos valêssemos dos referenciais sociais, econômicos e estratégicos, mas também e, necessariamente, dos processos e relações de trabalho, dos conflitos que norteavam e ameaçavam os trabalhadores, do ambiente de trabalho e da relação saúde/doença, enfim, os quais fossem considerados desde a definição do objeto de pesquisa.

Da mesma maneira, as atividades em nível de extensão, programadas no âmbito do Centro de Documentação, Memória e Hemeroteca Sindical (CEMOSi), proporcionaram aprendizados tão valiosos, quanto à troca de documentação e disponibilização aos interessados nos estudos, dossiês, apostilas sobre os problemas causados para a saúde do trabalhador e coletiva, os efeitos dos agrotóxicos, dentre outros.

Outras ações de pesquisa me marcaram muito positivamente, porque exigiram entendimentos e explicações de que ainda não dispunha, porém, o esforço da interlocução com outros pesquisadores, a visitação das áreas de pesquisa ou o gesto nobre de **amassar barro** foram determinantes.

Essas experiências me foram imprescindíveis, porque estão na base da intensificação do conflito territorial mediatizado pelo enfrentamento bélico, armado e também político, do qual pude participar, sendo que, desde então, defendia e defendo até hoje que as terras devolutas, griladas, devem ser arrecadadas, urgentemente, pelo Estado, por uma programação estratégica com prioridades pré-definidas e direcionadas a viabilizar a política de Assentamentos Rurais, ou de Reforma Agrária, como também é concebida, na Região do Pontal do Paranapanema.

Importante ressaltar que, já nessa época, início dos anos 2000, diferentemente da década passada – momento em que se iniciam as ocupações de terras griladas, no Pontal do Paranapanema, mais precisamente desde julho de 1990, com a participação direta e fundamental do MST –, não era mais o grileiro e três ou quatro jagunços, na maioria dos

casos, que ocupavam a linha de frente dos confrontos com os sem-terra, mas as milícias armadas, financiadas pelos representantes do capital agroindustrial canavieiro .

Comparecem em cena outros elementos que complexificavam a luta de classes, na região, "incendiada" pelos conflitos territoriais, os quais, na prática, demarcavam dois projetos distintos de sociedade, de desenvolvimento para a região, aliás, o que nos ocupa nos meus (nossos) estudos e de forma mais incisiva, desde o momento em que direcionei minhas energias para fortalecer o CEGeT, com o Coletivo CETAS de Pesquisadores, pois nos interessa igualmente conhecer mais a fundo o que está acontecendo com as tramas sociais enredadas com o crescimento avassalador das áreas ocupadas com cana-de-açúcar, com o aumento e a capacidade produtiva agroindustrial dos grupos empresariais, os efeitos nocivos para a saúde dos trabalhadores e do ambiente, e como as frações burguesas estão projetando seus interesses para o futuro etc.

Assim, no universo desses dois projetos em disputa, que demarcamos para definir minhas e nossas ações de pesquisa e os posicionamentos nos quais nos fundamentamos, apostar no atraso é apostar no projeto de desenvolvimento defendido pela burguesia, arraigado na concentração da propriedade da terra, no controle das terras devolutas, na degradação e contaminação ambientais, no adoecimento dos trabalhadores diretamente envolvidos, bem como de toda a comunidade regional e a população assentada, na ordem de 140 mil pessoas.

Para mim, a aposta é outra. Em primeiro lugar, é a comunidade regional, conscientizada das prioridades e do futuro, que defende para si que deverá participar e opinar. Eu, assim como os demais companheiros aos quais me somo, nas lutas pela imediata arrecadação das terras devolutas pelo Estado, almejamos que os trabalhadores(as) sem-terra sejam assentados e as políticas públicas específicas para tal finalidade sejam efetivamente aplicadas.

ARRISCANDO "ATIRAR"

O desconhecimento, a negativa ou, ainda, o apego à inércia cognitiva para romper as amarras que são interpostas entre a realidade vivida pelos trabalhadores, o destroçamento dos vínculos, as formas de contratação e o próprio funcionamento do metabolismo social, com base nos moldes da "fábrica taylorista-fordista", ainda impregnam as críticas às novas formas de expressão do proletariado *part time*, informal, terceirizado.

Apenas partes desse processo são consideradas – e, por sinal, relevantes, para objeto de crítica –, permanecendo ainda intacta a não aceitação da materialidade das condições de vida e de trabalho que impõem aos trabalhadores(as) novas buscas para sobrevivência, que somente por isso já são válidas para requerer mais habilidade dos pensadores/pesquisadores/intelectuais. Isto é, o que o capital habilmente mistura, a seu favor, é o que para muitos não é "misturável", como as relações de trabalho assalariadas (capitalistas) com as não assalariadas (ou não essencialmente capitalistas), e acreditando-se na permanência e pleno vigor da teoria do valor, não se consegue admitir que são nos interstícios dos processos de que se vale o capital para continuar a efetivar os mecanismos de dominação que temos que entender, a fim de conseguirmos ultrapassar as amarras que, para alguns, se traduzem em solidez e coerência teórica, para outros, negar-se as concessões pseudo-marxistas, e a imposição de toda uma blindagem ao respeito das formulações originais de Marx. Dessa maneira, acredita-se que não se sucumbirá às incrustações positivistas.¹⁷

Conhecer os mecanismos efetivos que camuflam e reificam os processos de dominação da sociedade e dos trabalhadores em particular, do século XXI, e seus vínculos mais promíscuos com o destrutivismo intrínseco ao modo capitalista de produção, não é aceito, caso o processo social não garanta a "pureza" da **identidade da classe proletária**, como agente e sujeito histórico exclusivo, capaz de promover a práxis emancipatória no século XXI.

As amarras estão "soltas" por aí! Eu não quero me prender aos postulados, para fazer comprovações sobre o que se passa com os trabalhadores. Todo respeito aos estudiosos dos temas que estou abordando, mas há diferenças que têm de ser consideradas, porque estamos golpeando traiçoeiramente a dialética materialista, marxista, eu diria, uma vez que não devemos prescindir da objetividade dos fatos e dos fenômenos sociais, e sem medo de que essa forma de se expressar possa nos vincular a preceitos e dogmas que já não conseguem mais responder aos "nossos chamados" e reclamos dos trabalhadores, em busca de um mundo do trabalho emancipado do metabolismo do capital. Aqui não é o lugar de frases de efeito ou de tentar escrever fácil sobre assuntos tão complexos e controversos sobre o conceito de classe social, contudo, defendo, fundamentalmente, não nos fecharmos

¹⁷ Idem, p. 72.

a irrigar esse necessário debate que estamos referenciando nas pesquisas e nas questões objetivas, as quais emergem da vida dos trabalhadores, dentro e fora do trabalho.

É imperioso examinar os processos de luta pela sobrevivência, as lutas contra o capital, contra a proletarização, a favor da autonomia, das identidades contra a propriedade privada da terra, da água, dos meios de produção, das sementes, do poder estratosférico dos bancos, da financeirização, do desemprego estrutural, da falta de empregos para os jovens etc.

Essas faces da negativa à sociedade do capital estão sendo expressas nas ruas, nos rincões onde os enfrentamentos são à bala, com a prevalência do extermínio de famílias inteiras de camponeses, o medo que ronda através das ameaças etc. Entretanto, as comunidades, os trabalhadores, os movimentos sociais não se calam, enquanto vários pensadores/pesquisadores continuam encastelados nos gabinetes universitários, dependentes das grandes mídias televisivas e leitores afixionados da grande imprensa, as quais lhes oferecem informações distorcidas, irreais e forjadas; muito possivelmente, não estão participando das manifestações populares que começaram a ganhar dimensões com amplitudes preocupantes, a partir de 2013, no entanto, acompanham a conjuntura golpista, a entrega do STF aos interesses supremos da burguesia e as reformas em pauta no Congresso Nacional, que estão varrendo para o lixo décadas de lutas e conquistas dos trabalhadores, tais como a Reforma Trabalhista.

Há um Brasil que eclode todos os dias, e que explode em contradições, entretanto, os intelectuais de plantão não estão enxergando. Atenção!

Diria que o contínuo fazer-se/refazer-se dos trabalhadores, em busca de resoluções pontuais para se defenderem do desemprego/subemprego, fome, exclusão, abandono, descarte ou, já num nível de subjetividade e identidade ideológica mais definida, ou no âmbito da classe trabalhadora, no mundo, acaba por sinalizar que os conflitos e agitações trabalhistas, ao invés de terem desaparecido, diminuído ou até, para os mais pessimistas, chegado ao fim, estão, de fato, dispersos em lugares e tempos distintos. Entendo que esse é um dos meus assuntos preferidos do momento.

É de olho, portanto, na totalidade viva do trabalho ou nas diferentes formas de expressão que temos que compreender as potencialidades emancipadoras, ou a abrangência, significado e geografia da sua centralidade política. Não dá para definir com precisão cirúrgica todos os passos que deveriam ser cumpridos, as rotinas em ordem

crecente, a fim de que atingíssemos o poder final emancipatório do trabalho, o qual se definiria na sua constituição enquanto classe, para além dos limiares da serialidade, na localização, longevidade e poder de fogo revolucionário.

A continuidade das pesquisas me tem guiado para dar atenção especial às avaliações que se tornam públicas, bem como as restritas, mas que estejam voltadas para os encaminhamentos necessários, para que os trabalhadores enfrentem a conjuntura atual, nublada pela situação pós-golpe e *pré-impeachment*¹⁸, porém, que não têm clareza para localizar onde estão os empregos, os direitos a serem mantidos, as ações de massa, com mais fôlego do que a Greve Geral de 28 de abril de 2017.

Continuo apostando ser necessário identificar as diferentes formas que expressam a resistência ao capital, todavia, não mais restritas aos parâmetros do assalariado tradicional ou do operário taylorista/fordista, produto da fundição dessas concepções de processo de produção e de controle do trabalho ou da força de trabalho¹⁹, contudo, extensivas às demais formas de explicitação do trabalho, igualmente não apenas limitadas ao “chão de fábrica”, que, em conjunto, crescem em todas as escalas geográficas e em magnitude mais extensiva do que as demais formas de explicitação do trabalho, estão embrenhadas no tecido social, nos territórios, e precisam ser notadas, compreendidas pelos pesquisadores e seus vínculos à estrutura espacial da sociedade.

Importante notar que as rebeliões, os movimentos de resistência contra o capital tiveram e têm raízes não só no local de produção, mas no espaço geográfico envolvente, ou seja, atingem expressões e conformações da vida social, das ruas, das praças, das grandes marchas, passeatas.

A respeito das sociabilidades que não se resumem ao circuito da relação essencialmente capitalista, podemos tomar os exemplos das práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades na memória da terra, quer dizer, a terra vista não

¹⁸ Aqui não haveria oportunidade para desenvolver essa ideia, mas me refiro à “corda bamba” em que está o ilegítimo golpista Temer e o bando de oportunistas e golpistas liderados, desde o cárcere, por Eduardo Cunha.

¹⁹ Vale comentar o entendimento de Aglieta (1991), sobre o taylorismo “[...] como conjunto de relações internas ao processo de trabalho que tendem a acelerar a cadência dos ciclos de movimentos nos postos de trabalho, e a diminuir o tempo morto [...], ou as porosidades, e o fordismo como “[...] uma superação do/aprofundamento do taylorismo, pois articula produção e consumo [...]”, e focado na produção semiautomática, que intensifica a extração de mais-valia relativa, “[...] leva a uma queda do custo de reprodução da força de trabalho, ao diminuir o valor unitário das mercadorias do Setor II.” (p. 90, 92 e 93).

como mercadoria, mas território de vida, da própria existência, o que significa que, ao perdê-la, perde-se juntamente a possibilidade da existência.

Os milhões de desempregados que se somam, dia a dia, à informalidade, a qual deixa de ser extemporânea e exceção e se configura como norma contemporânea, dando, por sua vez, visibilidade aos desafios de um tempo não adiado, fazem-nos repensar que a gestão do capital sobre o tecido social não está sendo capaz de gerenciar o assalariamento como produto de um projeto de desenvolvimento criado por ele. Às evidências do esgarçamento das relações sociais de trabalho (assalariado), tem-se a conformação de diferentes variáveis de trabalho autônomo (pequenos comércios, vendas de produtos processados, tais como os congelados, camelotagem²⁰, ambulantes de toda ordem, ocupantes de terra e que se juntam aos camponeses assentados, desempregados aos milhões), o que, por seu turno, não extirpa, em maior ou menor grau e intensidade, a condição de subalternidade ao capital, ao seu metabolismo propriamente dito, os impactos na saúde (física e mental), tampouco explicita o movimento subjacente às diferentes formas fluidas e temporárias de inserção no mercado de trabalho que trazem em si a plasticidade desapercibida e/ou negada, a qual rebate diretamente na discussão de classe social ou classe trabalhadora.

As implicações objetivas desse processo, no tecido social, expõem que o movimento do trabalho expressa dinâmicas territoriais diferenciadas, as quais não respondem somente ao atendimento dos interesses do capital como sujeito hegemônico, mas também funcionam como forma de contrarrestação, ou das disputas que qualificam os conflitos de classe. Em qualquer dos sentidos, seja para afirmar-se à subsunção ao capital (real ou formal), seja para negá-la e, para tanto, romper radicalmente a relação e buscar alternativas ou, ainda, deslocar-se forçosamente via mecanismos expropriatórios violentos, tem-se o movimento territorial do trabalho. Essas dinâmicas nos exigem entendimentos e atenções para as especificidades da mobilidade do trabalho ou, concretamente, dos

²⁰ Esse conceito foi oriundo da pesquisa de Mestrado de autoria de Ivanildo Dias Rodrigues, a qual orientei, *A Dinâmica Geográfica da Camelotagem: a Territorialidade do Trabalho Precarizado*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente, 2008. Bolsista: FAPESP. Importante comentar que o conceito de camelotagem se refere à complexa trama de relações da qual se ocupava a mesma pessoa – até então denominada camelô, um sujeito que apenas era visto como vendedor ambulante de mercadorias contrabandeadas, no caso específico do assunto de pesquisa –, mas que comprava as mercadorias no Paraguai, mantinha estrutura de venda, própria, no Camelódromo, bem como vendia/distribuía para outros vendedores, ambulantes ou com *boxes* fixos no Camelódromo, as quais somente comercializam.

trabalhadores, para atender às demandas do capital, quer pela atração, quer pela repulsão/expropriação/expulsão.

Assim, o conceito de desterração responde ao protagonismo do pesquisador consciente do papel social por ele ocupado, com base nas contradições que habitam o movimento do trabalho, ou os aspectos e conteúdos da negação/afirmação das formas (des)realização, ao longo das mobilidades que cada situação expressa, para além das etapas pré-fixadas da TDR. A atenção a essas especificidades, fragmentações e complexidades do trabalho pode contribuir para o entendimento das formas de controle imanentes aos diferentes movimentos do trabalho e, objetivamente, cooperar com as lutas emancipatórias, de maneira a intentar romper com a compreensão já consolidada na Geografia de apenas indicar e caracterizar as etapas da TDR. Eis a razão, portanto, da nossa dedicação à decifração dos constructos territoriais fundados na alienação, no estranhamento do trabalho e no controle territorial do capital e do Estado. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, de modo que são essas as evidências mais profundas do estranhamento, as quais acrescentam desafios à compreensão na perspectiva de classe.

Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, acrescentando novos valores, sentidos e desafios para os sindicatos, para as centrais sindicais, porque os trabalhadores mudam de profissão, de lugar, de inserção territorial nas disputas, por exemplo, por melhores salários, isto é, os trabalhadores são duramente afetados material e subjetivamente. Insisto, porém, que essas questões e questionamentos passaram a fazer parte do nosso cotidiano na Geografia do trabalho por inteiro!

Nesse sentido, a configuração dos territórios, as dinâmicas geográficas que lhes estão na base, o metabolismo social e suas referências (estruturas) espaciais, nas diferentes escalas, diante dos novos padrões de acumulação de capital, e os conflitos imanentes, são componentes imprescindíveis dos pressupostos e referenciais de pesquisa.²¹ De fato, estou reiterando a importância desse texto, porque contém sistematizações as quais estão me permitindo estabelecer os parâmetros para os aprofundamentos do momento, sendo que

²¹ THOMAZ JUNIOR, A. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). *Revista da ANPEGE*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 307-329, 2011.

também conto com as colaborações, no âmbito da RCP. Um motivo a mais para a chamada da Geografia do trabalho por inteiro!

Fora Temer! Lula Livre! Ao Socialismo!

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da Proletarização do Trabalho** (ensaios da Sociedade do Trabalho). Bauru: Práxis, 2013.

ALVES, G.; SELEGRIN, E. F. R. A condição de proletariedade: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 71-90, jan./jun. 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. A sociedade do adoecimento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>. Acesso em: 22/02/2018.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII, n. 34, p.19-40, 2015.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2015.

BELL, D. **O Advento da Sociedade Pós Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2008.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDÃO, C. R. **No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia, MG: EdUfu, 2009.

_____. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa nos Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: NIEMEYER, A.M. de; GODOI, E. P. de (Org.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p.133-166.

_____. **O afeto da terra**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2006.

BRASIL. **Portaria/FUNAI nº 14, de 09 de janeiro de 1996**. Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996. Brasília, Ministério da Justiça.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HECK, F. M. **O espaço e o contraespaço no circuito produtivo do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense**. 2017. Tese (Doutorado) – PPGG/FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2017.

LEAL, S. C. T. **A Dinâmica Territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP e os Conflitos com o Agrohidronegócio Canavieiro**. 2017. Dissertação (Mestrado) – FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2017.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, J. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista (cap. XXIII). In: **O Capital** (Livro Primeiro, v. II). São Paulo: Difel, 1982. p. 712-827.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP-UFRGS Editora, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MEYER, M. Is it capitalism? **Management and Organization Review**, v. 11, n.1, p. 5-18, March 2011. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1740-8784.2011.00211.x/full> Acesso em: 13 set. 2014.

OLIVEIRA, A. U. A Não Reforma Agrária do MDA/INCRA no governo Lula. **Revista da ABRA**, São Paulo, v. 33, n. 2, p.165-201, ago./dez. 2006.

_____. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil, no Governo Lula. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, XIII. 2011. San José Costa Rica, **Anais...**, 2011.

_____. **A Mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde, 2016.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Os sentidos territoriais estratégicos da Responsabilidade Social Empresarial: uma análise a partir das corporações de celulose no Brasil contemporâneo. **Geosul**, Florianópolis, vol. 33, n. 68, p. 98-115, set.-dez. 2018.

PIMENTEL, S. K. **Elementos para uma teoria política Kaiowá e Guarani**. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REIS, A. T. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2016. Tese (Doutorado) – PPGG/FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2016.

ROMERO, R.; TIRADO, A. **La clase obrera no va al paraíso**. Crónica de una desaparición forzada. Madrid: Akal, 2016.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TERTULIAN, N. Nicolai Hartmann e Geogr Lukács: uma aliança fecunda. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 32, p. 9-32, 2011.

THOMAZ JUNIOR, A. Por uma cruzada contra fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, v. 9, n. 1, p. 08-34, jun. 2008.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 2009. Tese (Livre-Docência) – FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 21-38, 2010.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 307-329, 2011.

_____. Emergências Teóricas e o Movimento Despercebido/Negado da Plasticidade do Trabalho no Processo Metabólico de (Des)Pertencimento de Classe. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **O Averso do Trabalho III**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.367-393.

_____. Trabalho e Saúde no Ambiente Destrutivo do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) - BRASIL. Presidente Prudente, **Revista Pegada**, v.14, n. 2, p. 01-15, 2014.

_____. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio do Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v.16, 2017, p.1-20. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>>. Acesso em: 26 nov. 2017a.

_____. **Movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora, desterração e os sujeitos transcendentais/da resistência no Século XXI**. 2017. Tese (Professor Titular) – UNESP, Presidente Prudente, 2017b.

_____. **Movimento Territorial do Trabalho e Desterração do Sujeito/Classe**. Presidente Prudente, 2018. (Mimeografado), 35p.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, W. A. Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Avesso do Trabalho IV**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria e um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Submetido em: agosto de 2018.

Aceito em: setembro de 2018.